



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC I
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

REJANIRA ALVES GERTRUDES

**ENTRE OS CALOS DA VASSOURA E DA ENXADA: REVISITANDO
A HISTÓRIA DA TRABALHADORA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA
SECA (1980-1992)**

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

JUNHO, 2012

REJANIRA ALVES GERTRUDES

**ENTRE OS CALOS DA VASSOURA E DA ENXADA: REVISITANDO
A HISTÓRIA DA TRABALHADORA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA
SECA (1980-1992)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de graduanda.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Cipriano

CAMPINA GRANDE – PB

2012

G384e

Gertrudes, Rejanira Alves.

Entre os calos da vassoura e da enxada [manuscrito]:
revisitando a história da trabalhadora rural do município
de Lagoa Seca (1980-1992) /Rejanira Alves Gertrudes. –
2012.

66 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano,
Departamento de História”.

1. Gênero 2.Trabalho Rural 3. Mulher 4. Cotidiano
I. Título.

21. ed. CDD 305.4

**ENTRE OS CALOS DA VASSOURA E DA ENXADA: REVISITANDO
A HISTÓRIA DA TRABALHADORA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA
(1980-1992)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de graduanda.

Aprovada em 21/06/2012.



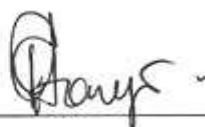
Profª. Drª. Maria do Socorro Cipriano / UEPB

Orientadora



Profª. Drª. Ofelia Maria de Barros / UEPB

Examinadora



Profª. Drª. Patrícia Cristina de Aragão Araújo / UEPB

Examinadora

DEDICATÓRIA

Ao meus pais, Djanira Alves Gertrudes e José Alves Gertrudes, pela educação e incentivo ao longo da minha vida , DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao Pai Celestial por todas as bênçãos alcançadas e obstáculos vencidos.

Aos meus pais, Djanira Alves Gertrudes e José Alves Gertrudes, por todo amor e apoio recebido, por todas as noites de sonos que perderam para me auxiliar na caminhada acadêmica. Por isso a eles a gratidão sempre será eterna.

Á Jocélio e Dijeane meus queridos irmãos por todo afeto e conselho recebido.

A minha pequena sobrinha Isabelly, agradeço infinitamente a ti anjo doce de Deus que invadiu minha vida me revelando a sensibilidade do amor e carinho que podemos sentir nas coisas mais simples.

Á minha querida e estimada orientadora Maria do Socorro Cipriano, por suas sabias e eficientes palavras, seus direcionamentos foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Ao professor Josemir Camilo de Melo que ao lecionar a disciplina Elaboração do Projeto de Pesquisa, provocou minha inquietação para o tema a qual abordo nesse trabalho, e sempre esteve presente no decorrer de todos esses anos me ajudando.

A minha *avó* Corina Souto Alves (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

As mulheres lagoasequenses trabalhadoras do campo por toda disponibilidade, e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca pela permissão de utilizar seus documentos, em especial a Marlene por todo o apoio.

Aos colegas de classe, Elaine Cristina, Ana Rosa, Jerferson Joyly, Paula Minelli, Suênia Carneiro, Izaias Silva, Francisco de Assis, Eduardo Queiroz, Juliana Alves, e ao meu irmão de coração Cesar Lacerda meu imenso obrigado pelas manhãs, congressos, pizzas, conversas paralelas... Meus queridos e queridas “camisas verdes”, sou grata a cada um de vocês, pelos belos e inesquecíveis momentos de amizade e apoio vividos, instantes eternizados em minha falha e profunda memória.

Aos meus eternos mestres, que ao longo desses quatro anos me estimularam, apoiaram, facilitaram a minha compreensão do vasto campo historiográfico, a quem serei eternamente grata.

Em fim a todos os meus amigos e amigas, familiares, pela compreensão por minha ausência em momentos nas reuniões familiares e comemorações diversas.

Em especial ao meu namorado Rinaldo, por toda paciência e estímulo que expressou ao longo dos meses durante a elaboração deste trabalho, por entender minha indisponibilidade e correria cotidiana, a ele minha singela e doce gratidão.

A todos que diretamente e indiretamente colaboraram para a elaboração do presente trabalho o meu sutil obrigado!

*“[...] gostaria de contar minha experiência, porque, sob certos aspectos, ela é significativa da passagem do silêncio à palavra e da mudança de um olhar que, justamente, faz a história ou, pelo menos, faz emergir novos objetos no relato que constitui a história, a relação incessantemente renovada entre passado e presente.”
(Michelle Perrot, 2008, p.13)*

RESUMO:

Este trabalho pretende analisar as trajetórias de mulheres trabalhadoras do campo, da cidade de Lagoa Seca, na Paraíba, para entender como o processo de sindicalização destas mulheres, ocorrido após 1985 modificou suas relações com as suas famílias e com elas mesmas, ao possibilitar novas formas de representação do *ser feminino* no espaço das relações de trabalho. No sentido mais amplo, analisa a fluidez dos lugares de gênero, ao perceber-se aí modificações, deslocamentos e alargamentos das práticas de trabalhos anteriormente assumidas e/ou designadas para aquelas mulheres. Ao assumirem novas responsabilidades fora do âmbito doméstico e ao contribuírem com o orçamento da casa, surgem tensões que provocam rasuras na constituição das antigas relações de gênero. Para essa compreensão do tema, utilizo registros do acervo sindical e especialmente as fontes orais, além da historiografia de gênero, também são relevantes as leituras de Michel de Certeau para pensar as práticas cotidianas das mulheres envolvidas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero – trabalho rural – cotidiano.

ABSTRACT:

This work intends to analyze the trajectories of women workers in the field, the city of Lagoa Seca, Paraíba, to understand how the process of unionization of these women, occurred after 1985 changed their relationships with their families and themselves, by enabling new forms representation of the female being in the space of labor relations. In the broadest sense, examines the fluidity of genderplaces, realizing there are changes, displacements and enlargements of the practices of earlier work undertaken and /or designated for those women. By taking on new responsibilities outside the home and contributing to the household budget, tensions arise which cause deletions in the constitution of the old gender relations. For this understanding of the topic, I use the acquis union records and especially the oral sources, in addition to the historiography of gender, are also relevant readings of Michel de Certeau to think about everyday practices of the women involved.

KEYWORDS: Gender - agricultural work - everyday.

SUMÁRIO

Introdução	11
I Capítulo - O papel das mulheres na história: para além de coadjuvantes	14
1.1. Historiografia da História das Mulheres	15
1.2 . Breve análise sobre a percepção da mulher no trabalho	20
1.3. As reivindicações femininas através das estratégias e táticas	24
Capítulo I I - O cotidiano das trabalhadoras rurais do município de Lagoa Seca: os “pulinhos” como astúcias de sobrevivência	29
2.1. <i>Aspectos sócio, econômicos e culturais do Município de Lagoa Seca</i>	<i>30</i>
2.2. Revisitando a história de vida das trabalhadoras rurais antes da década de 1980.....	34
Capítulo III - Conversas e controversas: processo da sindicalização feminina na cidade de Lagoa Seca (PB)	45
3.1. Sindicato operário: Da Europa ao Brasil	46
3.2. Análise da relação entre a mulher lagoasequense do campo e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais	51
3.3. Analisando a trajetória de vida das mulheres lagoasequenses após a sindicalização	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as trajetórias de vida de três mulheres trabalhadoras do campo, todas casadas, residentes na zona rural, vivenciaram essas experiências na cidade de Lagoa Seca, na Paraíba, para entender como o processo de sindicalização destas agricultoras, ocorrido na década de noventa, modificou suas relações com as suas famílias e com elas mesmas, ao possibilitar novas formas de representação do *ser feminino* no espaço das relações de trabalho.

Para o desenvolvimento desse estudo específico, analiso as construções históricas acerca da sindicalização das mulheres e a sua atuação na sociedade no município de Lagoa Seca, no período de 1980 a 1990, utilizando especialmente, as entrevistas com três mulheres trabalhadoras e sindicalizadas do referido período.

Durante o percurso deste estudo, foi se delineando o objetivo de também mostrar que, mesmo antes da sindicalização das mulheres como agricultoras, estas não eram passivas em seus cotidianos, burlavam, inventavam formas de fugir do trabalho rural, ou seja, reinventavam fronteiras de gênero nas divisões de trabalho estabelecidas na comunidade.

Para essas análises foram pesquisadas e utilizadas fontes documentais como atas, fichas de sindicalização, carteiras de sindicatos, estatuto interno de funcionamento do sindicato dos trabalhadores rurais de Lagoa Seca, produzidos pelo próprio sindicato. Como também fichas de matrículas escolares dos filhos das mulheres lagoasequenses em que constam a modificação na nomenclatura da profissão das mesmas.

A fonte oral foi indispensável para a elaboração desse trabalho, entendendo que “essa metodologia abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente, pois amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferente ‘versões’ sobre determinada questão” (FREITAS, 2002, p.50). O intuito foi analisar as trajetórias de vida das trabalhadoras do campo, percebendo suas experiências cotidianas através das entrevistas de história de vida.

Além dos registros do acervo sindical, especialmente as fontes orais, analisei a historiografia de gênero e a história das mulheres, para pensar as práticas cotidianas femininas nas últimas décadas. Entendendo que essas historiografias contribuíram nas últimas décadas para perceber como as mulheres adentraram na história tornando-se sujeitos históricos participativos.

Analisando as astúcias, as criações sutis dos sujeitos em suas práticas cotidianas, Michel de Certeau nos fornece um aporte teórico importante. Ele nos mostra que os homens e mulheres não consomem passivamente as informações e papéis sociais que lhes são designados, mas aproveitam as oportunidades para burlar esses papéis, reinventando fronteiras e usando o *lugar*¹ que não lhe foi direcionado para fazer dele um próprio, para criar *espaços*² de sobrevivência.

Dessa forma, tento abordar como as mulheres trabalhadoras do campo de Lagoa Seca se utilizavam de práticas sorrateiras para usar um lugar que não lhes era designado socialmente, conquistando instante de autonomia em seus cotidianos, - no campo e também nos espaços domésticos - mesmo antes do processo de sindicalização.

O texto está dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo “O PAPEL DAS MULHERES NA HISTÓRIA: PARA ALÉM DE COADJUVANTES” dialogo com a historiografia geral e local para historicizar a emergência do tema das mulheres no campo da História e sua articulação com o tema do trabalho em questão. Discuto a categoria de gênero, analisando a mudança de visibilidade feminina no espaço do trabalho, entendendo que nem sempre as mulheres podiam trabalhar ou sequer sair de casa sozinhas, mas que essa condição feminina também estava amparada por uma sociedade fortemente masculinizada. Diante disso, tento apontar como as mulheres reivindicam seus direitos através de sutis práticas, aparentemente subservientes, em seus cotidianos.

O segundo capítulo “O COTIDIANO DAS TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA: OS “PULINHOS” COMO ASTÚCIAS DE SOBREVIVÊNCIA” direciono meu estudo para os aspectos sócio-históricos e culturais da cidade de Lagoa Seca, indagando como acontecem e se organizam as relações e divisões do trabalho nessa cidade. Analiso como era a situação das mulheres lagoasequenses antes da década de 80, mostrando como elas trabalhavam, como se relacionavam com seus familiares. Tento perceber ainda quais as suas possibilidades de adquirir e utilizar dinheiro. Nesse sentido, resalto como as mulheres criavam

¹ Segundo Michel Certeau um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (Certeau, 2007, p.201).

² Para Michel de Certeau o espaço é um cruzamento. [...] Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] Em suma, o espaço é um lugar praticado. (idem, p.202)

momentos oportunos e sorrateiros em seus cotidianos, que acabavam por provocar rachaduras no discurso masculinizado do não lugar da mulher do campo.

No terceiro e último capítulo deste trabalho **CONVERSAS E CONTROVERSAS: PROCESSO DA SINDICALIZAÇÃO FEMININA NA CIDADE DE LAGOA SECA (PB)**, dedico as primeiras páginas à discussão sobre o surgimento e as atividades dos sindicatos no movimento amplo internacional e nacional e também, mais restrito no ângulo local, analisando como foi o processo da sindicalização feminina. Tomando como base as entrevistas de três mulheres trabalhadoras rurais, analiso como a sindicalização destas, iniciada na década de 1990, afetou suas vidas no seio familiar e comunitário, possibilitando-as novas posturas do feminino, à medida que elevaram suas autoestimas através da dignificação e visualização do trabalho feminino no campo.

CAPITULO I

O PAPEL DAS MULHERES NA HISTÓRIA: PARA ALÉM DE COADJUVANTES

“A primeira história que gostaria de contar é a história das mulheres. Hoje em dia ela soa evidente. Uma história “sem as mulheres” parece impossível. “(Michelle Perrot, 2008)

1. O PAPEL DAS MULHERES NA HISTÓRIA: PARA ALÉM DE COADJUVANTES

O intuito deste capítulo é dialogar com a historiografia acerca do estudo de gênero, pretendendo analisar como as mulheres enquanto sujeitos históricos são inseridas na história, abordando nesse sentido suas reivindicações e suas relações com o mundo do trabalho.

1.1. Historiografia da História das Mulheres

Para pensar na construção da história das mulheres e dialogar com sua historiografia se faz necessário, problematizar as construções sociais do feminino e do masculino ao longo dos processos históricos, que promoveram o surgimento dessa temática no campo de produção do conhecimento histórico.

Durante muitos anos, a mulher foi excluída da história. A história era escrita limitando-se aos sujeitos masculinos, enfatizava-se a universalidade do homem como sujeito ativo da história. A incorporação das mulheres na historiografia como sujeitos históricos, foi um processo lento e heterogêneo em todo o mundo.

Ainda em 1949, Michelle Perrot já havia se inquietado sobre o tema acerca das mulheres, no entanto seu orientador Ernest Labrousse lhe sugeriu a temática em torno das greves operárias. Nesse período a categoria gênero não existia e as questões sobre sexo estavam inseridas nas problemáticas sociais.

A partir desse cenário Michelle Perrot desenvolveu inicialmente suas produções sobre os operários que eram tidos como sujeitos invisíveis da história. Com base nesses estudos, em 1970, ela encaminhou seus escritos sobre a perspectiva da história das mulheres, continuando seu interesse pela história dos “excluídos”. Podemos constatar essas observações, na fala da autora em uma entrevista concedida a revista *Pagu* em 1994 e que foi publicada em 1995:

Eu apliquei à história das mulheres as práticas e o método que utilizei na história operária. Deste ponto de vista não posso dizer que tenha dado um novo método. Senti com as mulheres a dificuldade do "invisível" da invisibilidade da história. Por que é certo, os operários são invisíveis na história, mas menos do que as mulheres porque os operários tem um movimento operário desde o século XIX, fazem greves, estão nas fábricas, criam sindicatos, enquanto as mulheres têm

muito pouco disso. Como dizia o sindicalista Fourier, elas são "o proletário dos proletários". (SCHVARZMAN, 1995, P.33-34)

Assim, podemos perceber que as produções iniciais sobre as histórias das mulheres não criou um novo método exclusivo para seu estudo, mas os trabalhos sobre as mulheres se utilizaram de métodos anteriores para elaborar as escritas sobre atuação das mulheres na história, como ressalta Michelle Perrot.

A mulher “entra” em cena na história, inicialmente através das reivindicações pelos direitos civis e políticos, pretendendo garantir as mulheres o direito de votar. Esse desejo de exercer a cidadania paulatinamente ultrapassava a aquisição do direito ao voto, como destaca Andréa Lisly Gonçalves sobre as reivindicações das mulheres: “os direitos aos quais se reivindicavam ultrapassam o exercício da soberania coletiva expressa no direito ao voto, estendendo-se ao direito à instrução, ao trabalho, à proteção da lei” (GONÇALVES, 2006, p.29).

Dessa forma, a historiografia sobre as mulheres preocupa-se com novos olhares sobre a atuação feminina, não mais para analisá-las e retratá-las como sujeitos passivos ou submissos, tal como se fazia na historiografia positivista. Assim como esclarece Michelle Perrot em sua entrevista no caderno *Pagu* (4), almejava-se ressaltar as movimentações cotidianas das mulheres ao longo do tempo:

As mulheres do século 19 – e provavelmente em todos os tempos – não foram somente vítimas ou sujeitos passivos. Utilizaram os espaços e as tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes. (SCHVARZMAN, 2005, p.273)

Também buscando destacar a história das mulheres, mostrando que estas eram sujeitos ativos da história e de suas histórias, Flat James de Souza Martins cita em seu texto *A mulher na história*,³ a historiadora Margareth Rago para explicar as reivindicações das mulheres por uma versão da história da humanidade que contemple a participação feminina:

Segundo Margareth Rago, a política feminista dos anos 60 foi o ponto de partida. As integrantes do movimento reclamavam uma história onde houvesse heroínas, demonstrando a atuação das

³ O texto completo de Flat James de Souza Martins está disponível no endereço eletrônico <http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art151_199/art159.htm>.

mulheres na sociedade. Lutavam também para que a opressão que as sufocava fosse denunciada pela história. (MARTINS, 2008, p.11)

Percebe-se que o objetivo do movimento feminista, ocorrido no período dos anos de 1960 e 1970, é distinto da objetivação da história das mulheres, não se pode romper uma vertente da outra, o que é possível é diferenciar as preocupações e o contexto de ambas.

A tradição do movimento feminista lutava pela igualdade dos sexos, sua preocupação girava em torno da desigualdade existente entre a mulher e o homem. O direcionamento a ser seguido era muito mais colocar a mulher nos moldes do homem do que contextualizar a condição do feminino, como relata a autora Andréa Lisly Gonçalves mencionando as considerações de Betty Friedan “a reivindicação de igualdade fora formulada de acordo com um modelo masculino, construído sobre a negação de que qualquer atributo, justa ou injustamente, associado a mulher” (GONÇALVES, 2006, p.67).

A fase inicial do movimento feminista não se adentrou nas pertinências da heterogeneidade presentes entre suas militantes (ou mesmo nas possíveis militantes), excluindo milhares de mulheres que não se enquadravam nos modelos femininos universalizados adotados. Podemos percebê-lo nas palavras da autora Nancy Fraser sobre o padrão das mulheres envolvidas no movimento feminista e das novas possibilidades surgidas com a história das mulheres: “saímos de um movimento exclusivista, para um movimento maior e mais inclusivo que permitiu integrar as preocupações de lésbicas, mulheres negras e/u pobres e mulheres trabalhadoras” (FRASER, 2007, p.291).

Apesar da ausência do movimento feminista no que tange a multiplicidade de mulheres que foram excluídas dessa “luta” por não fazerem parte do modelo de mulher proposto, não se pode neutralizar a contribuição desse movimento para a construção e exploração de novos territórios de liberdade e de conquistas até então negligenciados às mulheres, dessa forma, possibilitando espaço para a produção da história das mulheres e também para a categoria gênero.

A perspectiva do estudo de gênero é ampla e suas inquietações desenvolvem-se na esfera das desigualdades de poder contextualizando as relações existentes entre homens e mulheres, já que este não se restringe a visualização da mulher ou do homem.

Entendo que a distinção entre homem e mulher não é apenas biológica, mas perpassa toda uma construção histórica, social e cultural como abordam as autoras

Lourdes Maria Bandeira e Eleonora M. de Oliveira sobre a elaboração do conceito de Gênero que possibilita “entender processos de construção/reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolveram/vivenciam no social” (BRANDEIRA & OLIVEIRA, 1990, p.8).

Segundo Joan Scott, é deve-se além de pensar a “mulher” como sujeito histórico, também era precisava-se localizá-la numa relação com o homem, era necessário pensar em termos de relação de gêneros como mostra as palavras da autora “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos (...) o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder” (Scott, 1995, p.86).

È baseada nessa proposta que desenvolvo o presente trabalho sobre as mulheres trabalhadoras do campo, utilizando essas reflexões e usando o conceito de gênero para desarticular a dicotomia do homem-forte e da mulher-submissa que aparece nas relações de trabalho da cidade de Lagoa Seca.

Distanciava-se, portanto, das narrativas tradicionais que se baseavam apenas nos ditos documentos oficiais no qual apenas os homens eram protagonistas da história, nesse sentido, com o surgimento da Escola dos Annales no século XX o fazer historiográfico adquiriu novas metodologias.

A Escola dos Annales, mesmo não centrando suas produções sobre a temática feminina, promoveu a inserção das mulheres na história. A história dos Annales abordavam novos temas ligados a vida privada e ao cotidiano, ou seja, tratava-se de um novo olhar da história, de um olhar mais sensível aos espaços atribuídos ao feminino.

Acerca dessa contribuição da Escola dos Annales para a história das mulheres, Andréa L. Gonçalves escreve:

Apesar de não ter dado grande destaque às mulheres em seus trabalhos historiográficos, tanto os precursores dos Annales, Marc Bloc e Lucian Febvre, nos anos 1930, quanto seus seguidores, ao direcionarem seus interesses para a história de seres concretos e para a teia de suas relações cotidianas, livrando-se de idealidades abstratas, instauraram a possibilidade de que as mulheres fossem incorporadas à historiografia. (GONÇALVES, 2006, p.53)

Refletindo sobre a historicidade de caráter excludente da mulher como sujeito histórico, podemos compreender como através da História Cultural, História Social e a

Nova História o fazer historiográfico⁴ foi penetrado beneficentemente na ampliação da história das mulheres, no qual a categoria gênero pode ser trabalhado como forma de tentar quebrar as visões simplistas sobre a contribuição das mulheres na história da humanidade e as revelando em suas multiplicidades, temporalidades e verdades.

Nesse sentido, várias possibilidades de trabalhos foram possibilitados para a história, promovendo novas discussões acerca de temas multivariados e novas fontes, tais como: cartas, entrevistas, fotografias, panfletos, jornais entre outros. Dessa forma a historiografia das mulheres, paulatinamente, foi ganhando terrenos até então inabitáveis com esses novos mecanismos. Sobre essa discussão acerca das novas metodologias e fontes, a historiadora Tânia Maria Gomes da Silva relata magistralmente:

Na medida em que novas abordagens, métodos e técnicas foram incorporados aos estudos históricos – mediante a valorização da história oral e da história do tempo presente e a utilização dos arquivos particulares (cartas, diários, fotografias) – foi possível ampliar as balizas temporais das pesquisas e abarcar períodos mais próximos. Surgiram, assim, estudos importantes sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho nas fábricas do século XIX e primeiras décadas do XX (Rago, 1997); sobre a expansão da educação feminina (Louro, 1997); e sobre o surgimento de publicações organizadas por e destinadas para as mulheres (Bassanezi, 1996). Estudos que, gradativamente, aqueceram o debate e deram musculatura à historiografia das mulheres. (SILVA, 2008, p.228)

Historiadores como E. D. Thompson e seu trabalho vinculado sobre a cultura da resistência e as manifestações culturais de classe, e Foucault com a história da transgressão e as produções discursivas, mostrando como as coisas, os conceitos, os eventos não são naturais, mas construções históricas. E além deles Joan Scott e Simone de Beauvois, Michele Perrot, Mary Del Priore ressaltando nesse sentido as distinções e peculiaridades dos trabalhos de cada autor foram de grande contribuição para a História das mulheres, sobretudo com muitos deles tratarem de temas como: etnia, sexualidade, subjetividade e relação de poder entre outros, que ampliaram as discussões acerca do sujeito múltiplo, colocando em xeque o sujeito universalizante.

No Brasil, após a ditadura, os movimentos sociais, incluindo as mulheres, vão para as ruas para lutar por seus direitos. Mulheres de várias categorias (donas de casa, domésticas, mulheres negras e também as lésbicas, etc.), tornando-se importante pensar

⁴ Segundo Andrea Lisly Gonçalves a *crises dos paradigmas* e a eleição de um universo de personagens que contempla os sujeitos anônimos, fragmentados no lugar das “grandes personagens”, não apenas contribuiu para a superação de vários impasses que atormentavam os historiadores das mulheres, como concorreu para a renovação dessa área do conhecimento. (GONÇALVES, 2006, P.61)

novamente outras categorias que abrangessem sujeitos múltiplos, numa sociedade multifacetária.

No Brasil, os trabalhos como os das historiadoras Margareth Rago, Mary Del Priore, Raquel Soihet, Leila Mezan Algranti, entre tantas outras, dão testemunhos de como essa trajetória sobre as elaborações historiográficas - perpassadas por um pensar e de um agir – sobre as mulheres na História são complexas e não podem ser entendidas de forma linear, ou trabalhar as mulheres com o viés da submissão versus a dominação feminina, o que a escrita das autoras traz é a resistência dessas mulheres sobre as condições que lhes eram designadas, historicizando as experiências femininas e incluindo temas que não eram abordados ou explorados pela historiografia tradicional.

1.2. Breve análise sobre a percepção da mulher no trabalho

Compreender a história das mulheres é analisar como foi construída, à oposição da mulher no espaço privado ou doméstico *versus* espaço público, sendo que tradicionalmente, a demarcação desses lugares designados para mulheres e homens equivocadamente desenvolveu-se a partir da divisão sexual.

As mulheres foram historicamente associadas ao espaço doméstico e o homem à esfera pública e essa dicotomia do não lugar da mulher no espaço público se designa a partir de uma dita “naturalidade” da distinção entre trabalho leve/doméstico e pesado/público. Esses discursos definem as mulheres e seu dever como uma predisposição para cuidar da família e da casa, e ao homem é resguardada a manutenção financeira da família.

È nesse sentido que as produções no século XX retratam a mulher no espaço privado e sua vocação para o casamento, maternidade e o cuidado com o núcleo familiar destinado a essas preferências por natureza, diferentemente do homem voltado para os espaços públicos, para a capacidade de liderança. Sobre essa presença feminina e sua representação na sociedade confirma Rago:

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e, paulatinamente, às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, de castidade e de esforço individual. (RAGO, 1985, p. 62).

O trabalho de Maria Ignez S. Paulilo trata do debate da mulher paraibana e suas táticas e astúcias para burlarem os lugares de vítimas e coadjuvantes da história. A autora analisa os conceitos sobre a distinção do trabalho “leve” e do “pesado” e os relacionam ao trabalho desenvolvido no campo pela mulher e pelo homem.

No desenvolvimento do trabalho, a autora destaca para a construção histórica, social e cultural de que o trabalho realizado pela mulher na lavoura é dito como “leve”, isso justificava a baixa renumeração das mulheres, já os homens são considerados como os responsáveis pelo trabalho “pesado” e chefes das famílias.

Por fim, Paulilo ressalta que essa classificação de trabalho, leve ou pesado, não coincide com a realidade das atividades produzidas no campo, mas se vincula estreitamente para as desigualdades sexuais que definem o papel numa sociedade patriarcal, como podemos verificar nas palavras da autora “a conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.” (PAULILO,1987, p.07)

A historiadora Rosemere Olimpio de Santana também trabalha com a perspectiva feminina na história, seu estudo trata de casos de supostos raptos de moças no estado da Paraíba.

A autora localiza seus estudos nas cidades de Areia, Campina Grande e João Pessoa (a capital), no fim do século XIX e início do século XX, tendo como fonte principal, jornais locais e os processos-crimes. A cerca dessas notícias, a autora relata “os artigos selecionados nos remetem às mulheres, alguns venerando o sexo feminino, instituindo como elas deveriam ser, e outros mostrando o contrário, os defeitos desse mesmo sexo, mas, da mesma forma, ajudando a construí-lo.” (SANTANA, 2008, p.119)

Nesse trabalho, o autor mostra como “os sujeitos souberam utilizar os momentos propícios para conseguir o que queriam”(SANTANA, 2008, p.136). As mulheres, nesse sentido, não se enquadravam em modelos ingênuos, neutros pelo contrário se revelavam como astutas em suas práticas cotidianas, na tentativa de escolherem seus parceiros, seus casamentos, suas vidas. Dessa forma, “o rapto consentido era espaço de apropriações e constante reelaboração dentro das relações amorosas, figurando, assim, como alternativa para a efetivação das relações afetivas no decorrer do Século XIX e início do XX” (idem, p.135).

Com a presença feminina no processo de industrialização e mecanização, Margareth Rago, assim como Michelle Perrot, escreve sobre a representação da mulher

atuando nas fabricas ou lugares ditos masculinizados, revelando em suas análises que a figura feminina é envolvida de preconceitos equivocados, no qual a mulher, caracterizada como “sexo frágil” sobre um discurso paternalista no espaço das fabricas é indefesa, e vulnerável a “perdição”, como cita Perrot, “o discurso sobre a máquina é também um discurso sobre a natureza feminina. Frágil, a mulher não pode tratar diretamente com os materiais duros que requerem o esforço viril: ela é destinada ao mole, fios ou tecidos” (PERROT, 2005, p.225)

Diante do exposto pode-se entender como as condições vinculadas aos homens e mulheres na história aconteceram de forma descontínua e desigual, e, assim, trabalhar com a categoria gênero não se limita a analisar o ser mulher, mas em compreender o contexto sociopolítico no qual esta se insere, contextualizando seu período como nos aponta Joan Scott (1996), é “descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto uma referencia as instituições e organizações sociais” (SCOTT, 1996, p.11).

Assim como mostra Rago, nem todas as mulheres aceitaram todas essas decisões e limitações impostas, algumas delas saíram para a rua (espaço público) para trabalhar e participam de vários movimentos de resistência.

Nesse sentido, também Michel de Perrot (1998) apresenta como o “poder” foi sendo manipulado e as perspectivas de mulheres e homens foram sendo cristalizadas e naturalizadas de acordo com as relações de poder vigentes na sociedade a qual se desenvolve, “A diferença dos sexos, que se exprimem com tanta força no exercício do poder político, varia de acordo com os contextos religiosos e culturais que tecem as nações” (PERROT, 1998, p.132).

Seguindo as reflexões de Perrot (2005) sobre o trabalho das mulheres, a autora ressalta que ele sempre, no entanto, havia uma negligencia diante do reconhecimento desse como profissão, podemos confirma essa afirmativa nas palavras da autora “as mulheres sempre trabalhavam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’” (PERROT, 2005, p.251).

E quando as mulheres exerciam trabalhos fora de suas casas, tinham que driblar seu tempo com os afazeres domésticos (estes sendo considerado um não trabalho) e as funções designadas por sua profissão. Dessa forma a rotina de trabalho era “consideradas como pouco monopolizadoras, elas devem permitir que uma mulher

realize bem a sua tarefa profissional (menor) e doméstica (primordial)” (PERROT, 2005, p.251).

Percebe-se que mesmo as mulheres podendo inserir-se no campo da profissionalização, não deixam de lado suas tarefas domésticas e o seu selo familiar. Sendo assim, as profissões designadas para as mulheres são repletas de restrições e condicionantes, e, freqüentemente, não apresentam possibilidades para a elevação de sua carreira profissional, nem de renumeração equivalente ao trabalho que exerciam.

A inserção do trabalho feminino se desenvolveu num patamar desigual diante da representatividade masculina, assim como Michelle Perrot aborda em seus trabalhos na França, aqui no Brasil aconteceu semelhante processo de exclusão e desvalorização da carreira feminina no trabalho, como relata Elisiana Renata Probst em sua pesquisa direcionada para Santa Catarina sobre “a Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho”:

É importante, no entanto, ressaltarmos que a inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, ao longo desses anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres. (PROBST, 2002, p.2).

Nas desigualdades impostas e nas brechas possibilitadas as mulheres para adentraram nos espaços tidos como masculinos e anti-femininos, pensar no trabalho feminino é contextualizado diante do masculino. Essa recolocação nos primórdios da industrialização, aconteceu lentamente, e sob um forte e presente discurso do não lugar da mulher, como chama atenção Perrot (2008) “a fábrica, com suas máquinas, sua sujeira, suas promiscuidades sexuais, não era para elas”(PERROT, 2008, p.119).

Nesse sentido, a construção profissional das mulheres não se desenvolveu rapidamente, quebrando os velhos valores patriarcais da liderança masculina, no entanto, com o tempo foram possibilitados novos rumos e percepções sobre a construção histórica das profissões femininas, seguindo as reflexões de Michelle Perrot que cita Maurice Godelier:

“Enraizada no simbólico, no mental, na linguagem, o “ideal” (Maurice Godelier), a noção de “profissão de mulher” é uma construção social ligada à relação entre os sexos. Ela mostra as armadilhas da diferença, inocentada pela natureza, e erigida em princípio organizador, em uma relação desigual.” (Perrot, 2005, p.258)

Podemos dessa forma, diante do exposto, observar que visualizações antes “cegas” pelo muro do preconceito, através de simples reivindicações cotidianas, começaram a provocar rachaduras nesse muro do não espaço feminino no trabalho.

1.3. As reivindicações femininas através das estratégias e táticas

Segundo Michelle Perrot (2008), mesmo com todas as restrições sobre a atuação feminina fora do espaço doméstico, esse “ir” além dos portões de suas casas promoveu novas formas de sociabilidades.

Essa movimentação feminina, mesmo que inicialmente desenvolvida em lentos passos, aconteceu e não se sustentou apenas com base no salário e uma profissão, mas despertou desejos em busca das liberdades cotidianas, portanto, a cidade torna-se um espaço de possibilidades arriscadas:

A cidade, representada como a perdição das moças e das mulheres, lhes permite, com frequência, libertar-se de tutelas familiares pesadas, de um horizonte de aldeia sem futuro. Conseguem modestas ascensões sociais, escapam a uniões arrançadas para realizarem casamentos por amor. A cidade é o risco, a aventura, mas também a ampliação do destino. A salvação. (Perrot, 2008, p.136)

Nesse sentido as mulheres utilizam esses novos espaços, sobretudo com as revoluções do século XX e as guerras, essas ultimas apesar de não agirem diretamente sobre a garantia de direitos da mulher, abriram um leque de discussões favoráveis a promoções desses. Nesse contexto os homens se ausentam de alguns espaços para lutar nas guerras e as mulheres “assumem” os seus postos para dar continuidade, e vida a sociedade a “ruptura de hábitos e de evidência, a sexualidade de guerra é problemática”(ibidem, p.144).

Depois de experimentar o sabor, mesmo que artificial, da liberdade, as mulheres não retornaram aos seus ditos lugares como antes, a resistência se desdobra, implicitamente e explicitamente, na rotina cotidiana contra os ditos não lugares femininos. Sobre essas observações, Michelle Perrot cita as reflexões de Andre Raucha que relata o contexto em que os homens retornam da guerra, recuperando seus antigos postos/locais:

Os “Anos Loucos” tentam virar a página e mostram a profundidade da “crise de identidade sexual” (Andre Rauch), para os homens, perturbados, mais do que para as mulheres, conquistadoras, de cabelos e vestidos curtos. As mulheres

parecem, sob o ângulo de igualdade, as principais beneficiadas da guerra que, no final das contas, acelerou uma evolução começada anteriormente, na *Belle Époque* (PERROT, 2008, p.144).

Nessa perspectiva, percebemos nesses discursos de recolocamento dos gêneros uma busca pela volta dos afazeres domésticos, zelando, dessa forma, pelo dito bem-estar familiar. Retomando a visualização da mulher como nos moldes da Era Vitoriana (1837 á 1901) que, segundo Andréa Lisly Gonçalves (2006) se baseava no “culto à domesticidade” e o “lar e a família passam a ser representados em termos naturais, e a maternidade, suprema realização feminina, passa a figurar como uma necessidade” (GONÇALVES, 2006, p.42).

Diante de tais informações, não devemos homogeneizar as mulheres e suas práticas a partir de um modelo totalizante, que se opôs ou que aceitou tais imposições sociais, o que nos interessa é mostrar que nem sempre a dita passividade feminina no espaço público coincide com as lutas na intimidade cotidiana.

As resistências das mulheres se desenvolveram como formas de ir contra às opressões dos discursos masculinizados que fabricavam condutas e práticas designadas à elas. Nesse sentido concordo com as palavras do o sociólogo francês Alain Touraine (1999) no que tange a sua discussão sobre as lutas femininas que não devem limitar as mulheres apenas no viés de serem visualizadas como vítimas, mas mostrar como as mulheres:

Quiseram não somente abolir ou atenuar as desigualdades que sofriam e conquistar o direito de decidir livremente sobre sua vida, como fizeram aparecer problemas à vista de todos, um campo de comportamentos sociais e culturais tão novo que o pensamento não pode, hoje, definir o mundo contemporâneo sem colocar em seu centro a reflexão e a ação delas. (TOURAINÉ, 1999, p. 222)

Nessa perspectiva de discussão sobre as lutas e resistências femininas, baseadas em aspectos materiais e simbólicos, nosso intuito, como já mencionado, é mais do que reconstruir a história das mulheres, é proporcionar reflexões sobre a atuação significativa destas na história, para tanto, seguindo as palavras de Perrot, é necessário detectar uma “questão que não pode ser evitada se defendermos que as mulheres são agentes da história. A inocência dos oprimidos não existe. ‘A mulher não nasce inocente, ela se torna inocente’” escreve justamente Liliane Kandel” (PERROT, 2008, p.145).

No que tange os trabalhos desenvolvidos sobre as reivindicações femininas no Nordeste do Brasil e mais especificadamente no estado da Paraíba, me debruço especialmente em dois trabalhos: um voltado para as questões trabalhistas das mulheres agricultoras e outro sobre o direito de votar das mulheres.

O Peso do Trabalho Leve é o título do trabalho de Maria Ignez S. Paulilo que relata a disparidade existente entre o trabalho masculino e feminino no contexto de 1987. A autora mostra que, tanto no Sertão da Paraíba como no Brejo, a atuação feminina no campo é visto como “ajuda” ao homem, sendo este o líder do trabalho pesado e detentor da sustentabilidade da família.

Nesse sentido, a autora mostra como a noção de “trabalho leve”, vinculada a mulher, não é baseada na função de suas tarefas domésticas ou no campo, mas na construção histórica de que a mulher é um ser frágil, vulnerável e, portanto, não poderia exercer os mesmos trabalhos ditos masculinos, como podemos verificar nas palavras da autora:

A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar. (PAULILO, 1987, p.7)

Mirella de Almeida F. Guerra, em seu texto “*As saias*” *conquistam o poder de vota*, revela as táticas e lutas femininas para conseguir participar das eleições. Nessa perspectiva a autora mostra a historicidade e o contexto brasileiro no período de 1932, especificando a situação das paraibanas nessas reivindicações de não serem tratadas e nem visualizadas como passivas na sociedade e na história.

Podemos desta forma, detectar, como esclarece a autora que as mulheres são sujeitos ativos da história, e não meras coadjuvantes das transformações sociais, concordamos com as reflexões de Guerra no que analisa a não passividade das mulheres na história como a autora afirma:

À medida que a opressão aumentava, em vários lugares do mundo, a mulher começou a conscientizar-se da sua situação social e iniciou uma luta por uma ativa participação na sociedade. Daí vem o surgimento de um desenvolvimento intelectual, onde a mulher busca destaque na vida social e política. As mulheres não querem mais ser vistas como vítimas, mas como seres atuantes capazes de mostrar seu potencial, sua intelectualidade, sua capacidade de ser agente transformador da história. A partir destes princípios, as mulheres não aceitam serem vistas como bonecas de luxo. (GUERRA, 2008, p.03)

Portanto, no trabalho de Guerra, podemos analisar como no espaço paraibano as mulheres também desejam ultrapassar a mentalidade de uma sociedade emergida nos padrões patriarcais, dessa forma a

Mulher mostra ser compatível às atividades do mundo privado com as do mundo público sem por em risco a sua moral, conquistando aos poucos seu espaço no mundo da Tribuna e nacionalizando a cidadania, sendo a verdadeira "cidadã ativa", eleitora e candidata, numa sociedade extremamente patriarcal." (GUERRA, 2008, p.07)

Nota-se que o "Novo código Eleitoral", no qual as mulheres poderão exercer o seu voto direto, foi uma forma de mostrar, mesmo com limitações, a autonomia feminina, perante a sociedade, e provocar rachaduras nas paredes das desigualdades através dos direitos civis e políticos, paulatinamente, adquiridos como mostra Guerra: "É bastante visível que, nas últimas décadas, as mulheres deixaram de ser apenas a figura do lar e passaram a exercer o papel de "Cidadã Ativa", com direitos civis e políticos."(idem, ibidem).

A autora ressalta como as mulheres paraibanas se utilizaram estrategicamente os modelos e tal como Bertha Lutz que no Rio de Janeiro criou espaço para o debate sobre a valorização e percepção das mulheres, dessa forma mesmo que essas associações fossem voltadas as mulheres da elite local, esses espaços de sociabilidades promoveram um debate sobre a mulher paraibana, seus desejos, pensamentos e atuação, como podemos verificar essa reflexão nas palavras de Mirella de Almeida F. Guerra:

As mulheres paraibanas seguem o exemplo de Bertha Lutz, criadora da primeira Liga que lutava pelos direitos das mulheres e fundam, em 1933, a Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, que contou com o apoio do jornal " A UNIÃO ", o qual, através da " Página Feminina ", abriu espaço para que suas sócias expressassem suas idéias, publicassem poesias, contos, escrevessem seus artigos e divulgassem os eventos, campanhas e cursos promovidos pela Associação.O Estado da Paraíba se torna independente em termos de Associação para o Progresso Feminino do Estado de Pernambuco no ano de 1933. Antes a Paraíba e Pernambuco eram uma só Associação. As sócias paraibanas que compunham a Associação, em sua maioria mulheres pertencentes à elite local, e exemplo de Analice Caldas, Albertina Correia de Lima, Alice Alfredo Carneiro, dentre outras, aproveitaram a divulgação da "Página Feminina" (apoio na criação da Associação) também para colocarem em discussão assuntos de interesses femininos, trazendo notícias de mulheres que se destacavam em outros Estados e em outros países. Era uma forma de despertar as paraibanas para se engajarem no processo de valorização da mulher e de suas conquistas. (GUERRA, 2008, p.05 e 06)

A sindicalização no decorrer da história foi sempre um instrumento de reivindicação. Sendo este um dos objetos do presente estudo, observo a importância deste para a emancipação feminina, aprofundando para as particularidades de cada região. Cabe ressaltar que os sindicatos analisados por Michelle Perrot são do contexto europeu, apesar disso mesmo com tais diferenciações a essência da reivindicação é permanente.

Perrot (2008), mostra a importância e contribuição do sindicalismo para as mulheres e que, apesar de tal fato não interferir diretamente e rapidamente nos seus direitos trabalhistas. A sindicalização é “uma forma de cidadania social, que por muito tempo foi mais teórica do que real” (ibidem, p.149), ela favoreceu certos benefícios as mulheres sobretudo porque estas não precisariam da autorização do marido para sindicalizar-se, apesar das limitações impostas a elas.

Dessa forma, a sindicalização também é uma ferramenta útil na vida das mulheres e na construção de suas histórias, não somente por ter servido como garantia de direitos trabalhistas, mas, porque apesar de todas as dificuldades impostas, “o sindicalismo foi, para muitas mulheres, um espaço de solidariedade, de sociabilidade, de abertura para o mundo e de tomada de responsabilidades” (ibidem, p.150).

Nesse contexto de análise da atuação feminina e suas relações cotidianas com a sociedade torna-se mais evidente o equivocado enquadramento das mulheres como seres ant-históricos e submissos, nos textos analisados evidencia-se mais uma vez a astúcia feminina para burlar lugares de fragilidade e limitações.

CAPITULO I I

O COTIDIANO DAS TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICIPIO DE LAGOA SECA: OS “PULINHOS” COMO ASTÚCIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Na realidade, diante de uma produção racionalizada expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como “consumo”, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhes são impostos.(Michel de Certeau, 2007, p.94)

CAPITULO II: O COTIDIANO DAS TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICIPIO DE LAGOA SECA: OS “PULINHOS” COMO ASTÚCIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Neste capítulo, pretendo analisar e ressaltar como as mulheres se movimentam em seus cotidianos, com seus familiares e com elas mesmas e, portanto, antes dessa discussão, relato brevemente a estrutura física do município de Lagoa Seca, mostrando sua história, economia, localização e os principais centros de sociabilidades, atentando para as divisões de trabalho e como homens e mulheres dividem esses espaços antes da década de oitenta.

2.1. Aspectos sócio, econômicos e culturais do município de Lagoa Seca

Para o desenvolvimento do presente trabalho sobre as construções históricas acerca da sindicalização das mulheres trabalhadoras do campo e de sua atuação na sociedade no município de Lagoa Seca, torna-se importante situar historicamente a referida cidade, no período de 1980 até 1990.

Localizada na Região metropolitana de Campina Grande, e há 129km de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, a cidade de Lagoa Seca⁵ constitui-se como ponto estratégico e de fácil circulação de visitantes. Seu agradável clima tropical úmido, com temperatura média anual em torno de 22°C, tem atraído pessoas abastadas, promovendo o aumento de casas luxuosas e granjas na entrada da cidade.

A história de Lagoa Seca está entrelaçada às “ordens religiosas” na Paraíba. A população lagoasequense é acolhedora, e por causa do seu clima agradável mesmo antes da sua emancipação política (ocorrida em 1964), esse espaço foi escolhido pelos padres da ordem franciscana para construir seu convento.

Os franciscanos chegaram no ano de 1934 ao espaço que se tornaria município de Lagoa Seca em 4 de janeiro de 1964, sendo este último construído inicialmente para funcionar como um núcleo educacional e também vocacional da Ordem dos Franciscanos que nesse período se retiraram da Alemanha pelas restrições feitas pelo ditador Hitler.

⁵Segundo os dados do último IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado no ano de 2010, a população de lagoasequenses é de aproximadamente 25.911 habitantes, destes 13.168 são do sexo feminino e 12.743 do sexo masculino, sendo a maioria dessa população residente na zona rural

Desde então, o município de Lagoa Seca atraiu várias outras ordens religiosas, como o Marista, “por volta de 1950, chegaram os primeiros irmãos Maristas da Província Setentrional do Brasil a Lagoa Seca”(SANTOS, 2007, p.55). Existe também a presença da Congregação das Damas na Chácara Mariana.

A presença dessas ordens religiosas, nesse município, atrai fiéis de diversas regiões até os dias atuais. Além das missas semanais, os eventos religiosos locais e nacionais, durante o período quaresmal⁶ acontece anualmente uma caminhada com saída da cidade de Campina Grande com destino ao Convento Ipuarana, essa manifestação reúne fiéis de várias cidades, sendo este um ponto de encontro e difusão da fé cristã católica.

No sentido mais alargado dessa prática religiosa, outras manifestações de crenças podem ser observadas. A Gruta da Virgem dos Pobres que, “por se encontrar em um ponto estratégico na rodovia Br.104, que liga Lagoa Seca a Campina Grande a outras cidades do Brejo, a imagem da Virgem dos Pobres passou a ser venerada por fiéis até mesmo de outras cidades”(idem, 2007, p.80).

Lagoa Seca não tem apenas pontos turísticos religiosos, também possui locais de atração pública, a exemplo do Sítio Arqueológico Furna do Amaragi⁷ que é constantemente visitado por banhistas e pesquisadores. Nesse local encontram-se nas pedras inscrições rupestres e nos períodos chuvosos essas pedras são cobertas pelas águas que formam pequenas cachoeiras e lagos de água doce e transparente.

A praça Severino Cabral chama atenção da população lagoasequense e de outras pessoas desde sua inauguração na década de 60, “a beleza da Praça era tanta que, aos sábados e domingos, várias pessoas de Lagoa Seca e das cidades vizinhas vinham admirar os pombos, os tanques cheios de peixes e patos e tirar fotografias do lugar”(idem, p.77). E até os dias atuais essa praça se destaca por apresentar nas suas paredes desenhos e textos em alto relevo que contam a história da cidade.

Apesar desse relativo movimento turístico, a cidade tem a economia voltada para a agricultura familiar, predominando o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros (laranja,

⁶Quaresma é o período de quarenta dias que inicia-se na quarta-feira de cinzas até o domingo da Páscoa.

⁷Elisângela Jerônimo dos Santos cita Washington Luís Alves de Menezes e Matusalém Alves Oliveira sobre o Sítio Arqueológico Furna do Amaragi que relata que o Sítio localiza-se em uma propriedade denominada de “Furna”, pertencente ao Sr. João Bruaca Araújo, fazendo parte do distrito do Amaragi; este sob a jurisdição do município de Lagoa Seca – Paraíba. É caracterizado por algumas gravuras rupestres inseridas numa formação rochosa do tipo sedimentar detrítica. Esta formação está sob o leito do rio Mamanguape, o qual, durante o período chuvoso, cobre os referidos registros. (SANTOS, p.167)

banana, chuchu, batatinha, mandioca, verduras em geral); avicultura e agropecuária também tem destaque na participação no fluxo econômico da cidade.

Lagoa Seca até o ano de 1963 era um distrito de Campina Grande, e apenas em quatro de janeiro do ano de 1964, seus governantes conseguiram o desmembramento com a lei estadual nº 3133. Dessa forma, a cidade de Lagoa Seca conquistou a sua emancipação política, pois sua economia já se desenvolvia independente de Campina Grande anteriormente.

O município de Lagoa Seca foi um dos primeiros municípios a ter o sindicato rural implantado, passando a ser reconhecido legalmente no ano de 1976.

A população lagoasequenses tem forte tradição religiosa, e nesses espaços religiosos que se desenvolvem as principais e mais ativas sociabilidades dessa sociedade. A religião predominante é a católica, nesse sentido grande parte das festividades girava em torno dessa denominação, como relata a historiadora Elisângela Jerônimo dos Santos “as festividades que aconteciam em Lagoa Seca estavam quase sempre relacionadas aos acontecimentos religiosos. E uma das maiores festas era a de padroeira.” (SANTOS, 2007, p.92).

A festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a padroeira da cidade, era um espaço amplo e nos dias de festas acontecia a socialização da população.

“As comemorações dividiam-se em dois momentos: as atividades religiosas que envolviam missas, confissão e procissões e a festa profana feita na rua para o povo” (SANTOS, 2007, p.93), era nesses espaços que a população aproveitava momentos para trocar informações, olhares e outras pretensões como mostra Santos:

Várias pessoas vinham dos sítios e das cidades circunvizinhas para as noites de festa. As moças e os rapazes aproveitavam a ocasião para conhecer novas pessoas, e muitas vezes lá conheciam seus (suas) futuros (as) noivos (as) e esposos (as). (idem, p.94)

Os encontros da população lagoasequenses não se limitavam as comemorações anuais da padroeira realizadas no mês de novembro ou nas novenas do mês de maio⁸, mas aconteciam também nas feiras semanais e nas missas dominicais.

As movimentações de diversões do município que aconteciam no período antes do período da década de 1980 também aos domingos, como as argolinhas:

Diversão garantida eram as brincadeiras de argolinhas que levavam moradores de Lagoa Seca a sair de casa aos domingos. Vários cavaleiros vinham de cidades vizinhas e da zona rural para correr argolinhas que acontecia nas ruas. O objetivo dos participantes

⁸ Esse mês era dedicado a Maria, as novenas aconteciam durante os 31 dias e no final aconteciam à coroação da imagem de nossa senhora.

da brincadeira era galopar em seu cavalo e retirar com uma vara de madeira as argolas presas. [...]

As argolinhas eram disputadas por cavaleiros dos cordões que se dividiam entre azul e encarnado. Os cavaleiros enfeitavam os cavalos com a cor do seu cordão.[...]

A disputa da argolinha realizada em quatro domingos consecutivos era animada por uma moça escolhida entre os participantes de cada faixa, chamada de mestra. (SANTOS, 2007, p.96/97)

“Além da argolinha, outras brincadeiras como pastoril⁹ e o cavalo-marinho¹⁰” (idem, p.98), promoviam a circulação de pessoas jovens e adultas tanto da zona rural como da urbana. Desses momentos de diversão, as mulheres podiam participar sempre acompanhadas por seus pais e parentes, como ressalta Santos “as meninas e mulheres que moravam nas redondezas da futura cidade de Lagoa Seca vinham assistir às brincadeiras de argolinhas quase sempre acompanhadas dos pais ou dos maridos”(idem, p.98).

Hoje essas festas não acontecem mais, diante das mudanças ocorridas ao longo da história lagoasequense. Os espaços de sociabilidades mais ativos na cidade acontecem na feira, que acontece semanalmente no mercado central da cidade, no qual a população da zona rural e urbana se encontram, conversam, distraem-se. Portanto a feira é um ponto de difusão das notícias, onde mulheres e homens vendem e compram alimentos, e aproveitam esse espaço para atualizar seus interesses e divergências sobre as informações trocadas.

Dos festejos que acontecem atualmente em Lagoa Seca, continuam se destacando a festa da padroeira e da Virgem dos Pobres, entendendo que estas acontecem diferentes das de outrora sendo mais freqüente os dias dos festejos profanos, poucos dias reservados as celebrações religiosas.

O sindicato utilizou estrategicamente as tradições religiosas presentes no município de Lagoa Seca a fim de atrair as mulheres para o processo de sindicalização. Com a estratégia, os membros do sindicato elaboraram uma espécie de catequese para as crianças filhos e filhas dos agricultores.

⁹O pastoril segundo Santos foi introduzido no Brasil no século XVI, pelos jesuítas que simbolizavam o nascimento de Cristo através de peças teatrais para catequizar os índios. Toda a apresentação era inspirada nos autos do nascimento e realizada em frente a um grande presépio, todo ornamentado, cujo ponto principal era a imagem do Menino Jesus. As pastorinhas se colocavam à frente desse presépio, distribuídas em duas alas, comandadas por uma mestra e uma contramestra, cantando e exaltando o nome do Menino Jesus. (SANTOS, 2007, P.98).

¹⁰As apresentações do cavalo-marinho também eram feitas nos domingos e nos dias de festas, eram realizadas no meio da rua. Eram feitas por dois homens, um se fantasiava e se paramentava com um corpo de cavalo e o outro conduzia o cavalo. (idem,p.100)

2.2. Revisitando a história de vida das trabalhadoras rurais antes da década de 1980

Pretende-se analisar como acontecia a circulação e atuação de homens e mulheres nos espaços de trabalhos rurais e comerciais, antes da década de 80. Entendendo que a sindicalização das mulheres de Lagoa Seca só teve início no ano de 1984, portanto, antes desse período, tais mulheres não tinham o reconhecimento legal de agricultoras.

O intuito desse estudo é mostrar que mesmo antes da sindicalização das mulheres como agricultoras, estas não eram passivas em seus cotidianos, burlavam, inventavam formas de fugir do trabalho, ou seja, reinventavam fronteiras de gênero nas divisões de trabalho. E para realizar tais investigações utilizarei a história de vida de três mulheres lagoasequenses, todas casadas, residentes na zona rural, vivenciaram essas experiências.

Essas trabalhadoras do campo viviam em seus cotidianos a pesada rotina da zona rural, ou, como elas chamam, a vida no “sítio”. Divididas entre a dupla jornada de trabalho na casa e nos roçado/campo, o dia não findava com o entardecer.

As mulheres trabalhavam no campo plantando, capinando, colhendo nos roçados igualmente a seus pais e maridos, porém, eram consideradas mão-de-obra auxiliar no qual a figura masculina detinha a representação de todas as etapas desse trabalho rural, desde o cultivo até a distribuição do orçamento.

No entanto, estas mulheres trabalhadoras do campo não ficam paralisadas nessas divisões sexuais de trabalho, essas mulheres utilizavam astúcias¹¹ cotidianas a fim de burlar a ordem que guiava essa comunidade masculinizada, na qual o homem ocupava um lugar privilegiado.

Apesar da jornada de trabalho feminino ser dividido entre a casa e campo, sua atuação no roçado era interpretada como mão-de-obra auxiliar. Tal entendimento impossibilitava essas mulheres de gerirem seus próprios recursos e as tornavam dependentes do homem. Muitas mulheres utilizavam-se de diversos subterfúgios para conseguir alguma forma de lucro, já que oficialmente estas não participavam do orçamento familiar. Deve-se também lembrar que trata-se de famílias que viviam, na

¹¹Astúcia segundo Michel de Certeau é uma prestidigitação relativa a atos [...] Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 2007, P.101).

década de 80, com muitas dificuldades econômicas ¹² e muitas dependiam exclusivamente da agricultura.

Ao rememorar este período, as mulheres entrevistadas estabelecem um marco na memória entre os tempos de carência e os tempos de fartura. Os tempos de carência são associados ao período anterior ao sindicato, ao tempo em que elas não se viam como autônomas. A senhora Edite Laurindo Cavalcante (62 anos), agricultora do município de Lagoa Seca, residente no Sítio Lagoa do Barro, revela através de sua fala como a mulher do campo era deixada a margem, no que tange a participação do orçamento familiar. Podemos verificar essa reflexão nas palavras da senhora Edite L. Cavalcante:

Uma coisa muito triste é a gente ver nossos filhos precisando das coisas e não te pra da, porque quando chegava o fim do mês meu marido ajeitava o feijão, a batata-doce, milho outras coisas que dependia da safra do produto, e na feira mesmo ele vendia e com o lucro ele fazia as compras do mês [...]. (CAVALCANTE, 2012)

Nas palavras da senhora Edite Laurindo Cavalcante, percebemos como as mulheres trabalhadoras do campo eram retiradas da discussão sobre como deveriam ser gastos os lucros provenientes do trabalho da agricultura.

Com isso evidencia-se a baixa autoestima dessas mulheres, que marcavam suas mãos com o trabalho diário nos roçados e não eram visualizadas como sujeitos participativos do orçamento familiar.

No entanto, mesmo diante desse cenário restrito e repleto de discursos masculinizados, de designações que limitavam as mulheres, essas não ficavam em condições estáticas e fixas como sujeitos passivos, anulados, inferiorizados, as mulheres circulavam, criavam oportunidades de interagir com essas limitações, se utilizaram dessas restrições para provocar rasuras significativas em seus cotidianos no seio familiar.

Paulatinamente, com práticas simples, sem alardes, essas mulheres trabalhadoras do campo começaram a criar, reinventar, fabricar condições para poder acumular ou

¹²O quadro econômico da agricultura na década de 80 no Brasil e principalmente no interior da Paraíba é bastante vulnerável para os pequenos agricultores, pois estes não tinham recursos financeiros para adquirir meios para melhorar e adequar suas plantações as novas exigências da “industrialização da agricultura” iniciada na década de 1970, acentuando ainda mais esse quadro com êxodo rural provocado pela migração no eixo São Paulo - Rio de Janeiro, diminuindo a mão-de-obra na lavoura. Segundo Texeira o quadro que se apresentou nas décadas de 1980 e 1990, para o setor agrário, é de uma redução dos incentivos agrícolas via crédito rural e de uma modernização cada vez mais excludente, principalmente com a introdução em pontos isolados das chamadas “novas tecnologias”, que se expandiam em países desenvolvidos, ou seja, o uso da informática, microeletrônica e biotecnologia na produção agrícola. (TEXEIRA, 2005, p.11)

simplesmente ganhar alguns *trocadinhos* (pouco dinheiro) como elas mesmas relatam em suas falas.

Sobre essa mobilidade lenta das mulheres trabalhadoras do campo, a senhora Edite Laurindo Cavalcante nos revela como aconteciam essas táticas de resistências clamufadas nos cotidianos das mulheres lagoasequenses:

E eu não via nem o azul do dinheiro, mas eu não ficava quieta, pois eu tinha que dà os meus pulinhos pra conseguir uns trocados, então eu vendia os ovos das galinhas que eram criadas em casa, antes agente comia todos os ovos pra diminuir no gasto com a compra de carne, mas eu comecei a esconder um ovo, dois ovos (...), sem meu marido perceber, então eu fazia, mas ou mesmos assim dos sete ovos que as galinhas colocava por dia eu guardava dois ou três dependia do dia, e ia juntando e vendia para os vizinhos que não criavam galinhas (...) eu ganhava uns trocadinhos eu não sei nem se é pecado, porque meu marido perguntava o mulher cadê os ovos da galinha? Eu respondia teus filhos e tu não comem não é? Assim eu ia levando minha vida. (CAVALCANTE, 2012)

Através das palavras de Edite, “mas eu não ficava quieta, pois eu tinha que dá os meus pulinhos”, percebemos que esses “pulinhos” era uma forma de reagir, de criar brechas no cotidiano e espaços de sobrevivência e, ao mesmo tempo, desmontar o lugar de poder masculino.

Entre as vendas de ovos de galinha e as economias na compra da carne, as mulheres reinventavam o espaço do trabalho através de suas astúcias. Dessa atividade silenciosa e lucrativa, elas edificavam lugares de sobrevivência no árido cotidiano: compravam “coisas” para seus filhos e certamente para elas, que, por serem consideradas supérfluas pelos maridos não eram incluídas nas “compras do mês”.

Com aquisição de dinheiro ou, como afirma à senhora Edite, através de “uns trocadinhos”, a mulher trabalhadora do campo tinha a possibilidade de exercer sua autonomia, seus desejos, suas pretensões. Controlar esse dinheiro desenvolvia-se como uma forma de determinar e afirmar suas escolhas, em meio a um cotidiano imerso pelo discurso masculino que ditava a finalidade dos gastos adquiridos pelo lucro da produção agrícola. Controlar esses “trocados” era ir além das determinações destinadas às mulheres do campo, transformando-se na escolha pessoal dessas mulheres de investir esses dinheiros com utensílios e vestimentas para elas e seus filhos.

Além das “economias” que as mulheres obtinham durante a realização das compras de carne e com as vendas de ovos de galinha, também existiam outras formas de poupar os “trocadinhos”: ao invés de comprar roupas prontas nas feiras compravam

os tecidos, linhas, botões etc. para que elas mesmas confeccionassem as roupas da família. Com essas práticas de costurar e conversar sobre esses trabalhos, as mulheres estabeleciam uma rede de informações, tecida entre elas através das várias práticas de trapaçes e pequenos furtos (para falar dos trocados economizados com diminuição da compra da carne) cometidos no exercício dos orçamentos familiares, organizados dos seus respectivos maridos. Práticas de uma pedagogia do bem (sobre)viver o espaço do trabalho no campo.

Percebemos então que, mesmo que essas mulheres trabalhadoras do campo não participassem ativamente no espaço público, foi através da esfera privada de suas casas e de suas vizinhanças que elas desenvolveram formas peculiares de criar espaços de sociabilidades, e, através desses espaços, foi possível desenvolver formas de adquirir dinheiro.

Nessa perspectiva de analisar como as mulheres utilizaram espaço privado a elas designadas, para conquistar suas sutis autonomias cotidianas, Michelle Perrot relata os casos ocorridos na França, que podem servir para pensarmos questões aproximativas com os ocorridos em Lagoa Seca. A exemplo da Senhora Edite L. Cavalcante que utilizava a venda de ovos para promover momentos de sociabilidades com os vizinhos e adquirir dinheiro, percebemos essas reflexões apesar das peculiaridades de cada região (França e o município de Lagoa Seca no estado da Paraíba) com as palavras de Perrot:

[...] Ver como as mulheres tomam posse do espaço da casa, da rua ou da vizinhança, como elas mantêm ali redes de sociabilidades que excedem amplamente a família, para estruturar às vezes o vilarejo ou o bairro, como elas organizam o tempo do trabalho doméstico, tanto sobrecarregado quanto frouxo, que pode lhes deixar liberdades [...]. (PERROT, 2005, p. 274/275)

Pensar nas mulheres lagoasequenses antes da década de 80 como sujeitos paralisados face à autoridade máxima dos homens, é um equívoco, já que estas utilizam de táticas cotidianas e driblavam as regras dessa sociedade regida por práticas patriarcais. Elas se utilizavam das situações cotidianas que lhes eram impostas, e sobre elas reinventavam ações em circunstâncias que lhes permitiam vivenciar momentos de liberdades.

Nesse sentido, as táticas¹³ que as mulheres trabalhadoras do campo praticavam, como já mencionado, não se desenvolveram rapidamente, com grandes acontecimentos, com efeitos alarmantes e estrondosos. As ações dessas mulheres se desenvolveram de forma sorrateira em seus cotidianos.

Mas eram essas práticas sorrateiras femininas que provocaram brechas significativas em seus cotidianos, mostrando um perfil de mulher agricultora residente desde seu nascimento na zona rural, além dos estereótipos equivocados que as designavam como mulheres ingênuas, inferiores e moldadas para obedecer aos comandos masculinos, revelando como esse perfil renovado é dotado de inteligência e capacidade de camuflar suas resistências em seus cotidianos no campo.

As rotinas das mulheres trabalhadoras do campo do município de Lagoa Seca eram semelhantes, apesar das peculiaridades de cada família residente, a Senhora Maria de Lourdes de Sousa Cardoso (66 anos), desde seu nascimento até o presente momento, mora no Sítio Lagoa do Barro e sua trajetória de vida foi e é desenvolvida no meio rural.

Antes do raiar do sol, em torno das cinco horas da manhã, elas já estão nos seus afazeres domésticos. Dessa forma o dia começa cedo para essas mulheres e a noite é muito passageira para descansar os corpos cansados de uma longa jornada de trabalho.

Nesse sentido, sobre a rotina de trabalho da mulher do campo, a entrevistada relata a pesada rotina da trabalhadora rural:

Eu sempre trabalhei no roçado, desde criança ajudava meus pais [...] e quando me casei não mudou muita coisa, continuei ajudando o meu marido no roçado, minhas mãos nunca pararam de criar calos, todo dia acordava bem cedinho preparava o café, ajeitava as coisas de casas, colocava comida para os animais e tomava o destino do roçado, voltava pra casa para fazer o almoço depois de pronto, retornava ao roçado até meio dia, e depois do almoço nada de descanso, debaixo de sol e chuva trabalhava até anoitecer [...], todo santo dia era assim, mais eu agradecia a Deus por ter dois braços e duas pernas para trabalhar. (CARDOSO, 2011)

Nas palavras da senhora citada acima, percebemos como a vida da mulher do campo girava em torno da casa e do roçado, e através dessa fala evidencia-se como as próprias mulheres tinham uma percepção própria de que seu trabalho era de auxílio ao homem, seja do pai ou do marido. A rotina de trabalho da mulher é negligenciada, pois

¹³Uso o conceito de *tática* segundo Michel de Certeau que a define como sendo um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A *tática* só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem aprendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. (CERTEAU, 2007, P.46)

a mesma só era contemplada com a representação de domésticas/dona do lar, ficando ignorada a sua atuação diária no campo, apesar dos calos adquiridos “no cabo da enxada”.

Entendendo que ter calos nas mãos provocados pelo manuseio do cabo da enxada é uma representação no universo do trabalho rural que destaca a pessoa, normalmente o homem, como “um trabalhador”. A autora Maria Ignez S. Paulilo (1987) discute em seu texto intitulado “O peso do trabalho “leve””, a relação entre o trabalho “leve” desempenhado pela mulher e o trabalho “pesado” exercido pelo homem. Essa classificação de “leve/pesado” se designa pela representação de que os trabalhos exercidos pelas mulheres na lavoura são de baixa necessidade e não requer tanto esforço, como as tarefas desempenhadas pelo homem.

A autora articula seu texto mostrando que essa classificação sobre o peso dos trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres é equivocada, mostrando que apesar das mulheres e dos homens exercerem tarefas semelhantes no campo, apenas ao homem é designado como trabalho “pesado”, como mostra a autora:

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas?[...] Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar.(PAULILO,1987, p.07)

Percebemos que ter calos nas mãos pode ser tido como representação desse trabalho “pesado”, e essas marcas nas mãos das mulheres não aparecem com a mesma conotação. Dessa forma definem as tarefas femininas no campo como trabalhos “leves”, que não provocam calos nas mãos, deixando à margem a atuação das mulheres no roçado no qual utilizam diariamente as enxadas e outros instrumentos.

Como forma de fugir desse trabalho exaustivo, muitas mulheres trabalhadoras do campo vislumbravam uma única saída: o casamento. Foi justamente esta a saída que Senhora Edite Laurindo Cavalcante encontrou. Suas palavras revelam o desejo da mulher do campo em mudar de vida com o casamento, como se o matrimônio significasse uma “fuga”:

Eu sempre morei no sítio, e desde criança vi meus pais, tios e tias, minha querida avó e avô trabalharem na roça pra ganhar o sustento. Mas o meu pai ele nunca quis que eu e meus irmãos trabalhássemos no cabo da enxada, ele deseja uma coisa muito boa pra gente[...]. Mas o meu pai faleceu, e fico só minha mãe e agente pra sobreviver, então arregaçamos as mangas e começamos a trabalhar na roça, foi um tempo muito difícil, mas minha mãe nunca desanimou.

Quando eu me casei, e o trabalho dobrou, parece até engraçado! A pessoa quando casa é pra ser mais bem de vida, viver melhor mais descansada, eu tava era muito enganada, me acordava logo cedo fazia o café, colocava milho pra galinha e ia para a roça, e voltava pra casa pra ajeitar o almoço, era essa penitência todo santo dia, chegava de noite eu dormia parecendo uma pedra.

Eu muito sabida pensava que já tinha me acostumado, e os meus filhos começaram a aparecer, e o trabalho multiplicava igual a filho de coelho, agora acordava cedo fazia as coisas em casa adiantava algumas coisas do almoço, e ia ajudar meu marido no roçado, e as dificuldades aumentando porque além de trabalhar em casa, no roçado, tinha que cuidar dos meus filhos também. (CAVALCANTE, 2012)

Nas palavras da Senhora Edite percebemos, como a mulher trabalhadora do campo desejava mudar sua rotina de trabalho, sobretudo no que tange a sua participação no trabalho do roçado.

A rotina de trabalho dessas mulheres trabalhadoras do campo começava cedo, e, quando começavam a chegar os filhos, esse trabalho cotidiano aumentava, a educação dos filhos é mais uma responsabilidade materna que se aglomerava na demanda de responsabilidades que deveriam ser exercidas pela mãe, assim como fala a Senhora Edite sobre sua experiência com o aumento de trabalho quando os filhos foram surgindo no espaço familiar “eu muito sabida pensava que já tinha me acostumado, e os meus filhos começaram a aparecer, e o trabalho multiplicava igual a filho de coelho (...)”.

Essa reflexão sobre a responsabilidade da mãe na criação de seus filhos perpassava pela esfera da educação, alimentação, higienização e afeto para com os filhos, e, para realizar todas essas tarefas, era necessário tempo disponível.

Disponibilização de espaço na rotina corrida das mulheres do campo para momentos de zelo e cuidado com os filhos eram extremamente limitados, essa responsabilidade não diminuiu a cobrança de sua participação no trabalho do campo, essas mulheres rurais deveriam realizar todas as tarefas domésticas (limpeza da casa, refeições, alimentação dos animais de pequeno porte), cuidar dos filhos (alimentar, higienizar e educar) e exercer uma longa jornada de trabalho no roçado.

Como a memória é seletiva, a narrativa da depoente é organizada através de uma memória passada que se reinventa no seu presente, fazendo perceber sua falta de

experiência para com a vida feminina, na frase “eu muito sabida...”. No qual se evidencia a cultura local no qual difundem a idéia de que com o passar dos tempos, as mulheres se acostumam com as longas jornadas de trabalho e os sacrifícios do casamento.

Nesse sentido, evidencia-se como as mulheres lagoasequenses almejavam mudar e melhorar suas vidas e o casamento, para essas mulheres, era uma forma de reivindicar melhores condições de vida.

No entanto, frequentemente esses desejos, sonhos, planos eram paulatinamente destruídos pela rigidez e cansaço causados pelo trabalho pesado que exerciam. Apesar de todas essas dificuldades e frustrações essas mulheres inseriram táticas cotidianas para tentar superar essas limitações.

A Senhora Maria de Lourdes Cardoso assemelha seus relatos sobre as intencionalidades do casamento como os da Senhora Edite, ela menciona que atrás do desejo de casar estavam camuflados os planos de uma vida mais calma, confortável e que esses planejamentos foram enfraquecidos pela real situação vivenciada na rotina do matrimônio.

Podemos verificar essas indagações com as palavras da Senhora Maria de Lourdes de Souza Cardoso quando ela relata, num trecho de sua entrevista, que pensava no casamento como uma possibilidade de distanciar-se da dura rotina de trabalho no campo, revelando como esse desejo foi fortalecido pela persuasão de seu futuro marido, que posteriormente ao casamento, apresentou práticas contraditórias as promessas iniciais:

[...] Fui criada pelos meus avós paternos, acordava com as galinhas e sempre trabalhei no roçado, plantando, capinando, colhendo e selecionando os produtos agrícolas para serem vendidos. Também ajudava minha falecida avô a arrumar a casa, fazer o almoço, prepara o ceia. Nessa rotina que vivi até me casar[...] Não agüentava mais tanto trabalho, e quando completei meus 15 anos comecei a namora, eu pensando que ia da uma de espertinha me casando cedo pra fugir do trabalho pesado. Quando fiquei noiva com dois anos de namoro, meu noivo me dizia tanta coisa bonita, que até hoje me encanto mesmo sabendo que é mentira, ele falava de como agente ia ser feliz, numa casa confortável, com colchão de espuma, eu não ia precisa procura lenha pra cozinha [...]. Mas a decepção foi grande, desde o começo achei estranho faltava pouco tempo para celebração do casamento e a casa ainda tava no tijolo cru, e quanto mais meu noivo falava eu ficava enrolada e nem ligava. Quando casei, cadê a casa boa? O conforto? [...] o colchão era de palha seca, duro parecia cimento batido, chorei muito, dormi com um príncipe e acordei com um sapo cururu. E quando o tempo foi passando as coisas foram piorando, meu marido era preguiçoso, parecia um homem morto dentro das calças. Eu fazia tudo dentro e fora de casa, eu já tinha aprendido em casa tudo sobre plantação de feijão, milho, batata-doce, batatinha inglesa,

mandioca etc. e toquei o barco quase sozinha, porque não tinha e nem tenho paciência pra espera água sai de pedra. Eu trabalhava, meu marido vendia as coisas que agente lucrava, essa era minha rotina. Eu sempre gosto de fala, a experiência é a melhor coisa que uma pessoa tem na vida! (Cardoso, 2011)

Com as palavras da Senhora Maria de Lourdes, citada acima, percebemos como a relação matrimonial era tida como espaço de fuga da situação vigente nas vidas das mulheres rurais solteiras, no entanto, essas fugas nem sempre coincidiam com o desejo de melhorar as condições vividas.

Como apresentam as reflexões acima mencionadas, evidencia-se uma face feminina rural que tenta, planeja e desenha sua intencionalidade com o matrimônio em busca de conforto e mudança de vida. Muito embora isso nem sempre acontecesse.

Com isso, não podemos generalizar que todas as mulheres lagoasequenses solteiras trabalhadoras do campo almejavam casar para ter conforto e que aceitavam as imposições sociais para o casamento, podemos é mostrar como elas eram multifacetárias.

Nessa perspectiva de analisar como as mulheres trabalhadoras do campo do município de Lagoa Seca, viviam antes da década de 80 - antes da *sindicalização* dessas mulheres - com o intuito de compreender como essas mulheres se relacionavam com o dinheiro, seus desejos e suas posturas em seus cotidianos.

É preciso afirmar que o processo de sindicalização da mulher rural não foi isoladamente um instrumento que “iluminou” a vida dessas mulheres, nem que essa possibilidade veio “conscientizar” as mulheres ou dotá-las de uma consciência. Entendendo que as mulheres lagoasequenses, mesmo antes de serem filiadas ao Sindicato Rural, já tinham um conhecimento de que sua atuação no campo era de agricultora e também percebiam exploração masculina. E sobre isso elas articulavam seus cotidianos com práticas sutis que as possibilitavam criar diversas maneiras de fugir do árduo trabalho no campo.

Entendendo que essas mulheres foram culturalmente definidas como mão-de-obra auxiliar, que sua atuação na lavoura foi esquecida e apenas seus trabalhos domésticos no seio familiar eram tidos como seu trabalho “real”.

Compreendendo que as mulheres trabalhadoras do campo, mesmo não sendo contempladas socialmente como ativas agricultoras, como já discutimos utilizaram das mais variadas formas e maneiras de reinventar suas práticas cotidianas e algumas delas chegavam mesmo a assumir o lugar do homem, como mostra a experiência de Lourdes

de Souza Cardoso, ao afirmar que seu marido era “preguiçoso, parecia um homem morto dentro das calças. Eu fazia tudo dentro e fora de casa”. Seu lugar na família pode ser definido pela frase, “toquei o barco quase sozinha”.

Dessa forma, assim como relata Michelle Perrot “a organização do cotidiano continua a ser o grande teatro da vida das mulheres e a base de seu poder, o local de seu trabalho, de seus sofrimentos, mas também de seus prazeres” (PERROT, 2005, p. 274). As mulheres trabalhadoras do campo não “saem” de seus cotidianos para outros lugares desejados, estas mulheres utilizam seus próprios lugares privados para criar e fabricar ações que a promovam melhores condições de vida e de trabalho.

A Senhora Maria de Lourdes Cardoso é um exemplo sobre essas reflexões acerca do trabalho feminino no campo e de sua desvalorização, assim como também apresenta uma mulher preocupada em manter seu casamento, mas não se conforma com as limitações impostas socialmente e para burlar essa condição utiliza astúcia em seus comportamentos cotidianos, como podemos perceber essa compreensão nas palavras dela abaixo citada:

[...] com o passar dos anos, comecei a perceber que meu casamento não tava certo, mas não falei nada pra meu marido com medo dele pensa que eu tava querendo me separa dele. Então fiquei pensando como muda, sem meu marido pensa que eu tava querendo a separação. Minhas mãos estavam todas calejadas, meu rosto vermelho, meus cabelos só viviam embaixo de lenço de pano, eu não agüentava mais era trabalho pesado. Eu rezava para Deus iluminar minha vida, então eu descobri uma forma de passa mais tempo descansando em casa do que trabalhando direto, foi tão simples. Dor de cabeça eu sempre sentia, até hoje tomo remédio pra enxaqueca controlado, às vezes eu penso que é um castigo. Foi essa dor de cabeça que eu usava quando queria fica descansando em casa, eu amanhecia o dia fazia o café e voltava pra cama, e dizia a meu marido homem toma conta das coisas porque hoje estou doente, não agüento nem me levanta direito [...] teve dias que ele ficava com raiva porque dizia que tava doente, mas eu tentava fica na cama pra não mostra que era mentira, [...] até quando eu realmente tava com dor de cabeça, sempre deixava o café, almoço e a ceia pronto, só para colocar nos pratos, então ele nunca reclamava muito [...] e foi assim que consegui viver descansando do trabalho no roçado. (Cardoso, 2011)

Através das palavras da entrevistada, verifica-se como as mulheres trabalhavam no campo diariamente, em suas longas e pesadas jornadas de trabalho acrescentadas ao trabalho doméstico, que eram insuportáveis para elas. A pretensão de melhorar essa qualidade de vida traduzia-se pela tentativa de diminuir a quantidade de trabalho na lavoura.

No caso citado, a cefaléia foi usada como solução opcional para que a senhora em questão pudesse adquirir momentos de descansos, entendendo que a mesma por

vezes ausentava-se da verdade no que tange sua saúde para tentar resistir e contrariar as difíceis condições de trabalho que ela era designada.

Em condições de vidas tão duras para os homens e mulheres, somente a doença parecia ser a única justificativa para o descanso. Com o tempo e a partir de um saber do universo feminino – aprendido com os incômodos menstruais e as repetidas gestações -, elas vão descobrindo como reinventar o cotidiano e fugir do trabalho.

Apesar de serem socialmente e culturalmente construídas como submissas e inferiores, elas revelam em suas intimidades cotidianas práticas que denunciam outros perfis de mulheres peculiares entre si, e semelhantes paralelamente na criatividade de tentar burlar as suas condições de vidas.

Michelle Perrot comenta sobre essa prática cotidiana das mulheres:

Elas investiram todas as suas energias na construção de uma esfera privada, autônoma, geralmente alegre, que dava coerência à sua vida, que elas erigiam em um sistema de valores, até mesmo em uma verdadeira mística feminina e fundamento de uma cultura feminina e de uma “consciência de gênero”. (PERROT, 2005, p.277)

Nas palavras de Perrot percebemos a construção do poder feminino em seus cotidianos na esfera privada, no qual essa autonomia é criada diariamente através de ações sutis que as compensam significativamente, pois possibilitam a elas viver momentos de superioridade se distanciando da inferioridade a qual são corriqueiramente condicionadas.

Assim como o desejo de casar-se, vender ovos e/ou animais de pequenos porte forjar doenças eram formas montadas, criadas e improvisadas cotidianamente pelas mulheres trabalhadoras do campo para que pudessem relacionar-se com o dinheiro e provocar brechas no muro da submissão e do não lugar da mulher.

Percebemos que as sutis autonomias vivenciadas por essas mulheres trabalhadoras do campo se desenvolveram em seus cotidianos, através de suas práticas diárias onde estas utilizaram espaços a elas concedidos para criarem novas perspectivas dos papéis que desempenhavam com suas famílias e comunidades. As mulheres organizarem seu cotidiano a fim de elaborar espaços de liberdade e conquistar poder e felicidade. Portanto, para superar as dificuldades face ao árduo trabalho no campo, elas usavam das mais variadas práticas, próprias do universo feminino, ainda que nem sempre conseguissem êxito.

CAPITULO III

CONVERSAS E CONTROVERSAS: PROCESSO DA SINDICALIZAÇÃO FEMININA NA CIDADE DE LAGOA SECA (PB).

*“Nada do que foi será de novo, do jeito que já foi
um dia...” (LULU SANTOS)*

CAPITULO III: CONVERSAS E CONTROVERSAS: PROCESSO DA SINDICALIZAÇÃO FEMININA EM LAGOA SECA, PB.

Neste capítulo, pretendo analisar e abordar em sentido mais amplo a emergência do sindicato da Europa ao Brasil, em sentido mais restrito o processo de sindicalização feminina no município de Lagoa Seca e como essa sindicalização provocou mudanças significativas na vida cotidiana das trabalhadoras rurais do mencionado município entre o período de 1980 a 1990.

3.1. Sindicato operário: Da Europa ao Brasil

No contexto histórico mais amplo, a emergência das instituições sindicalistas está vinculada ao sistema capitalista, na ênfase da Revolução Industrial. Segundo Borges (2006) os primeiros sindicatos surgem na Inglaterra, considerada o “berço do capitalismo”, em meados do século XVIII.

Os operários foram submetidos a várias “disciplinas” de produção excessivas e desgastantes através da utilização das máquinas a vapor até as elétricas. As resistências iniciais de reivindicações por melhores condições de trabalhos passaram por gradativas experiências, até que se pudesse efetivamente construir uma instituição que representasse os trabalhadores e suas necessidades.

Na questão de disciplinamento dos operários, segundo E. Thompson,¹⁴ os trabalhadores “subalternos” tiveram uma vasta experiência com as restrições acerca da religiosidade, essas experiências possibilitaram a esses trabalhadores o aumento de sua capacidade de organização operária. A noção de classe apontada por Thompson se aproxima com a percepção de Hobsbawm apesar das distinções¹⁵ dos autores sobre seus recortes temporários sobre suas análises e a formação da classe operária, porém, no que tange a análise de que os operários constroem permanentemente sua noção de classe

¹⁴ Segundo E. Thompson foi o metodismo através de sua proposta de religião para os trabalhadores subalternos que indiretamente promoveu a experiência de organização destes operários, como ele aponta: O metodismo proporcionou não só as formas de reunião, coleta regular de subscrições em dinheiro e cédulas tantas vezes por organizações sindicais e radicais, como também uma experiência de organização centralizada eficiente.” (THOMPSON: 1987, P.44)

¹⁵ Segundo Tatiane Pacanaro Trinca (2008) Thompson foi criticado por Hobsbawm: Enquanto os estudos de Thompson identificam a formação inicial da classe operária entre o período de 1780 e 1830, Hobsbawm compreende essa formação num período posterior (1870 -1914). Segundo o historiador, a classe trabalhadora a qual Thompson se refere é muito diferente da classe trabalhadora em seu sentido tradicional, caracterizada por elementos unificadores como o tipo de lazer, de habitação, de alimentação, de vestuário etc.(Trinca, 2008, p. 03)

numa espécie de “fazer-se” eterno, portanto, nunca acabados que estes autores se assemelham.

Discutindo sobre a disciplinarização do trabalho, Edgar Salvadori Decca¹⁶ (1986) também analisa esse movimento dos operários, destacando que a introdução do “sistema de fabricas” foi mais que a mecanização da produção, portanto, esse processo de mecanização provocou significativos constrangimentos dos operários através dos seus instrumentos de disciplinização e hierarquização do trabalho. A historiadora Margareth Rago (1985) analisa o processo de industrialização a partir da cidade de São Paulo no período de 1890 até 1930, abordando como o crescimento urbano-industrial juntamente com a chegada dos imigrantes nessa cidade provocou mudanças sócio-culturais, nesse sentido os meios de vigilância dos operários operavam dentro e fora das fabricas¹⁷ atenuando cada vez mais para a propagação da disciplinização dos operários.

Mas a luta contra esse processo é antiga. As manifestações dos *luddismo*¹⁸ foi uma das pioneiras lutas contra o processo de exploração do trabalhador, ainda num cenário de reivindicações que eram desajustadas e fragmentadas sem um eixo central de como solicitar melhores condições de trabalho.

Um das principais formas de luta foi o *luddismo*, também conhecido como o movimento dos quebradores de máquinas. Nesse contexto ainda não havia uma classe operária organizada ela ainda era inexperiente e jovem, no qual os “trabalhadores” viram nas máquinas o seu principal inimigo não tinha uma visão ampla das implicações do novo sistema econômico que estava sendo instaurado.

Afinal, aparentemente a máquina é que era responsável pelo desemprego dos trabalhadores especializados, pela inserção da mulher e do menor nas fábricas em condições degradantes etc. (Borges, 2006, p.03/04).

¹⁶ A fábrica surgiu muito mais por imperativos organizacionais do que por pressões tecnológicas. (...) Essa nova utilização da maquinaria não só visava conseguir a docilização e a submissão do trabalhador fabril, e, nesse sentido, assegurar a regularidade e a continuidade da produção, mas representou também um forte obstáculo aos movimentos de resistência do trabalhador fabril. (DECCA, 1986, p.32)

¹⁷ O projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses, domesticação literal que a imagem projetiva de “bárbaros” justifica, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinização: mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica, mas também fora dela. Que perseguem o trabalhador em todos os momentos de sua vida, até nas horas de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais. (RAGGO, 1986, p.12)

¹⁸ O termo Luddismo deriva do nome do operário têxtil Ned Ludd, que trabalhava numa pequena oficina em Nottingham, cidade próxima de Londres. Segundo pesquisas, esse operário destruiu totalmente os teares mecânicos da fábrica num sinal de revolta contra os efeitos da Revolução Industrial. Sua atitude, apesar de individual, refletia o estado de espírito dos artesões. Em pouco tempo, seu gesto foi imitado em várias cidades da Inglaterra e atingiu também a França. (BORGES, 2006, p.04)

As manifestações como as do *luddismo* foram paulatinamente “conscientizando” os trabalhadores das necessidades de organização das reivindicações, sendo que essas movimentações fragmentadas foram se (re)ajustando de acordo com a pretensão e a necessidade de se promover articulação de forma sistemática como resultante de manifestos organizados, e mais eficazes.

Segundo Edward Palmer Thompson, os trabalhadores no universo das fábricas, desempenham uma participação ativa e constroem suas identidades, intencionalidades e, através de seus símbolos e ritos, elaboram, constantemente, através de suas ações coletivas a noção de “classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus).” (THOMPSON, 1987, p.10)

As manifestações de milhões de trabalhadores intensificaram as resistências a explorações, paralelamente a percepção da importância das associações sindicalistas, paralelamente a percepção da importância das associações.

Organizações como a Primeira Internacional, também chamada de Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em 1864, com a idealização e participação de Karl Max caracterizou um movimento das ligações sindicalistas em meio a essas tendências de se ordenar as reivindicações. Desde então, as fragmentações sindicalistas foram se unindo no discurso de Karl Max “trabalhadores de todo mundo uni-vos”.

A pretensão do movimento sindicalista se expande para outros setores, atingindo outras modalidades de trabalhadores não, mas se limitando as reivindicações dos operários, como cita Altamiro Borges sobre a dinamização das propostas sindicalistas:

Os sindicatos se tornam centros organizadores dos assalariados, focos de resistência à exploração capitalista. Num primeiro momento, eles vão congregam os operários das oficinas e das fábricas, os que produzem diretamente as riquezas - o setor dinâmico da sociedade capitalista. Posteriormente, com o desenvolvimento do próprio sistema, eles se generalizam, atingindo outros setores econômicos. (BORGES, 2006, p.02)

O crescimento e a multiplicação dos grupos sindicais ultrapassaram as fronteiras da Inglaterra, a criação e o reconhecimento acerca das instituições sindicalistas no Brasil, Amauri Mascaro Nascimento (2005) escreve:

Desde 1934 até 1988, as Constituições dispuseram sobre direito sindical, por meio de concepções diferentes: a corporativista em 1934, apesar de reconhecer a pluralidade sindical, a de 1937 inspirada pelo Estado Novo, que proibiu o direito de greve, delas não se afastando

muito a de 1946, que atribuiu aos sindicatos funções delegadas de Poder Público, e a de 1967, dos governos militares. A Constituição de 1988 muda o curso do direito sindical, direcionando-o no sentido da proibição da intervenção e da interferência do Estado na organização sindical, do direito amplo de greve e da representação dos trabalhadores na empresa.(NASCIMENTO, 2005, p, 567)

Nesse sentido, percebemos que as instituições sindicalistas não são espaços neutros de intencionalidades e estão inseridos na intervenção do Estado que atuava com forte repressão para controlar as centrais sindicalistas.

As centrais sindicalistas paulatinamente foram se organizando através de congressos e reivindicações, a greve geral de 1917 foi fruto dessa sistematização, assim como também a criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) criada durante o Congresso Sindical Nacional.

Nessa perspectiva, o livro “Sindicatos: Indicadores Sociais” elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, comenta sobre as primeiras iniciativas para a criação e permanência dos sindicatos no Brasil no período de 1900 a 1964:

A primeira delas foi a Central Operaria Brasileira-COB, fundada em 1906 em um congresso de trabalhadores. A COM, assim como a maioria das organizações sindicais existentes no período, seguia a orientação anarco-sindicalista, doutrina trazida para o Brasil com os trabalhadores que imigraram da Europa desde o final do século passado. Da mesma forma que os sindicatos, a COB não gozava de existência legal: mesmo assim foi convocante de movimentos grevistas e, em 1913, realizou seu segundo congresso. Sua atuação concentrava-se, fundamentalmente, na Região Sudeste e, após a greve geral de 1917, foi duramente reprimida pelo governo, assim como a maioria dos sindicatos.(IBGE, 1989, p.35)

Percebemos, com a citação acima, como as tentativas de articular instituições sindicalistas foram reprimidas por simbolizarem a “manifestação” dos trabalhadores unidos, que se opunham aos comandos do Estado.

Em 1930, com o governo getulista, o sindicalismo brasileiro teve uma abordagem resultante da articulação Tenentista em 1922, reforçando a oposição burguesa aos sindicatos sendo que estes lutavam pela autonomia e pelo seu distanciamento do Estado, porém essa situação torna-se difícil pela infiltração da atuação do poder estatal nessas instituições, como confirma o autor Eduardo Alves sobre a atuação getulista nos sindicatos brasileiros:

Lançando mão de uma política populista, com significativa influência fascista, Getúlio Vargas decidiu cooptar, anular e controlar as entidades sindicais, que já tinham na época um significado grau de expressão no cenário político brasileiro. Desta forma criou o

Ministério do Trabalho, a Justiça Trabalhista, a CLT, o Imposto Sindical Compulsório e atrelou os sindicatos ao Estado tornando-os oficiais. Por decisão do governo, o Sindicato que resistisse a esta política não ganharia os direitos recentemente criados pelo então Presidente da República, direitos esses que, na verdade, é fruto da luta dos trabalhadores. (ALVES,2005, p.03)

Nesse contexto de intervenção estatal, os sindicatos ficam entre “a cruz e a espada”, aderem às regras do governo de Getulio Vargas e se legalizam ou ficam de fora dessa estrutura e são considerados ilegais. Percebe-se, nesse sentido, que a proposta para as instituições sindicalistas tornarem-se legalizadas se desenvolveu por meio de uma “filiação forçada” com o intuito de otimizar a intervenção estatal.

Esse modelo getulista no Brasil se consolidou com mais ênfase a partir de 1964, durante o período da Ditadura Militar instalada no Brasil. O governo militar sistematizou a intervenção direta nas reuniões e práticas sindicalistas, reprimindo quaisquer movimentações contrárias as suas propostas,

Infiltrando à força os representantes da repressão nos Sindicatos, as classes dominantes conseguiram diminuir a distância entre o Estado e o Sindicato, aprofundando o papel deste como correia de transmissão daquele. Esses interventores transformaram a ação sindical em ação associativa e barraram as lutas classistas. (ALVES,2005, p.05)

As lutas pela tentativa de romper com essas estruturas de limitação e repressão perpassaram por inúmeros desdobramentos. O espaço dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais é constituído desde a Primeira Liga Camponesa a partir de 1950, nesse desenvolvimento a questão agrária sofreu grandes repressões sobretudo com o Golpe de 64.

O surgimento das Ligas Camponesas começaram a se espalhar por todo o país e dentre essas existiam semelhanças e diferenças como, por exemplo, a do estado do Pernambuco voltada para a Legislação Trabalhista e a da Paraíba ligada ao direito de plantar nas terras arrendadas.

As associações tinham suas distinções e estatuto, ambas unidas pela causa do Trabalhador Rural e a culminância dessa proximidade foi a Unificação das Associações com a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, juntamente associada à Lei 4.214.2 de maio de 1963 na qual o Presidente João Goulart garantia os direitos e benefícios dos agricultores com a sindicalização.

A possibilidade de sindicalização não promovia absoluta garantia de usufruir os direitos de trabalhar no campo e as autoridades locais desenvolveram inúmeras táticas para burlar as leis sindicalistas. No entanto, os sindicatos rurais começam a se espalhar pelo Brasil a fim de garantir os direitos dos agricultores.

3.2 Análise da relação entre a mulher lagoasequense do campo e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sobre as atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (STRLS), no interior do estado da Paraíba, é que especificamos e desenvolvemos nossa análise sobre a construção dessa instituição sindicalista. Tebdo como intuito investigar como aconteceu o processo de sindicalização da mulher trabalhadora do campo a partir de 1984, entendendo que anterior a esse período a mulher trabalhadora do campo não tinha o direito de se associar ao Sindicato Rural.

Segundo o Estatuto Interno, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (STRLS) foi fundado aos dezoitos dias do mês julho de mil novecentos e setenta e um (18/07/1971), no entanto seu reconhecimento legal só aconteceu aos vinte nove do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis.

O sindicato de Lagoa Seca derivou-se do de Campina Grande, pois no período, até 1964, Lagoa Seca era um distrito de Campina Grande, é com a lei estadual nº 3.133 de quatro de janeiro de mil novecentos e sessenta e quatro (04/01/1964) que o município foi desmembrado e elevado a categoria de município.

Antes do desmembramento, no até então distrito, existia uma delegacia sindical, ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande¹⁹. Com a emancipação política de Lagoa Seca e o forte apoio da Igreja Católica²⁰ local

¹⁹ Segundo o depoimento de Nelson Ferreira dos Santos, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (STRLS) ano de 1961 no Sindicato dos bancários situado na Rua Venâncio Neiva, aconteceu à eleição para nomear a primeira administração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. Essa eleição possuiu duas chapas distintas a primeira era apoiada pelo Padre Cristiano constituída por treze membros entre bancários, carteiros, funcionários públicos da zona urbana de Campina Grande voltados as Ligas Camponesas. A segunda Chapa apoiada pelo vigário de Lagoa Seca Frei Liberato, constituída por pequenos agricultores do até então distrito. O processo eleitoral aconteceu através de uma eleição indireta, sendo medida por meio de aplausos. Dessa eleição a segunda Chapa saiu vitoriosa e seu mandato foi de quatro anos, tendo como presidente o Senhor Celestino Pereira da Silva um agricultor do município de Lagoa Seca.

²⁰ Segundo Nelson Ferreira dos Santos, foi o vigário Frei Liberato iniciou o desejo de construir um Sindicato próprio para o município de Lagoa Seca após 1964, e ele convidou o Senhor Celestino Pereira da Silva residente do mencionado município e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande para fundar o Sindicato Rural de Lagoa Seca. Nesse período o prefeito da cidade era

representada pelo vigário Frei Liberato em 1971 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca – STRLS, e eleita a primeira direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca sendo esta composta apenas por homens.

Atualmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca tem 40 anos de existência, nesse período aconteceram aproximadamente 10 eleições para a direção dessa instituição. Dos doze cargos disponíveis nas eleições para a direção do sindicato, até no começo da década de noventa, nenhuma mulher tinha feito parte dessa direção. Porém, justamente no de 1992, algumas mulheres participaram e foram eleitas: Maria das Graças Cabral, eleita vice-presidente, Francisca Pereira dos Santos com o cargo de 2ª tesoureira, Aurenice Vieira da Silva como secretária e Rosa Maria da Silva como 2º suplente do conselho fiscal.

Percebemos que nessa instituição sindicalista existia um discurso masculinizado, o lugar ocupado pela mulher no sindicato era de plano secundário. Entendendo que essa participação feminina na direção é resultado do processo sindicalização da mulher.

Esse processo de sindicalização da mulher do campo iniciou-se na cidade de Lagoa Seca em 1985, cabe salientar que antes da conquista da mulher do campo somente a partir da sindicalização de seu marido ou pai, elas poderiam se filiar ao sindicato.

Mesmo com a referida “sindicalização” através da figura masculina, as mulheres trabalhadoras do campo não eram legalmente consideradas profissionais da agricultura, quem exercia esse reconhecimento legal eram apenas os homens. As mulheres eram denominadas profissionalmente como “donas do lar” ou “domésticas”, representadas apenas como mão-de-obra auxiliar.

Nesse sentido, essa classificação de sua profissão como “donas do lar” prejudicava as mulheres trabalhadoras do campo, entendendo que no período de sua aposentadoria, antes da década de noventa, essas mulheres mesmo que viúvas não recebiam o salário mínimo equivalente, apenas uma reduzida porcentagem desse valor.

Nessa condição desigual a identificação da mulher trabalhadora do campo do município de Lagoa Seca foi naturalizada e o trabalho feminino apenas concebido como

João Jerônimo da Costa, na manhã do dia dezoito de julho de mil novecentos e setenta e um (18/07/1971), num dia de domingo após a missa na antiga Igreja situada no centro da cidade também conhecido pela população de morro, foi eleita a única chapa concorrente, pois as demais não poderão concorrer ao pleito por não ter a quantidade de membros necessários, primeira direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (STRLS), composta apenas de homens agricultores.

mão-de-obra auxiliar do homem. Essa representação dessas mulheres não coincide com a atuação das mesmas em todas as etapas do processo produtivo do campo/roçado.

A partir do ano de 1980, o universo feminino rural brasileiro conquistou mais visibilidade, e as reivindicações por direitos oficiais que lhes garantisse a profissão de agricultoras se intensificaram como mostra a autora Celecina de Maria V. Sales sobre essa questão:

Na segunda metade da década de 1980, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos em que a fala dessas mulheres começa a ser franqueada. As principais reivindicações foram pela sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política. (SALES, 2007, P.438).

Entre o período de 1985 até aproximadamente 1992, a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (STRLS) foi palco de reivindicações femininas para que as mulheres também tivessem oportunidade à sindicalização própria.

Essas reivindicações eram feitas por um pequeno grupo de cinco mulheres, algumas casadas com os membros da direção do sindicato e as demais amigas/companheiras destas. Inicialmente essa luta pela sindicalização feminina se desenvolveu nos momentos das reuniões mensais da direção dos sindicatos e as mulheres desses membros que os acompanhavam começaram a se articular e propor a participação feminina na direção e na sindicalização.

Nesse período da década de 80 e 90, os debates e manifestações acerca da articulação feminina no espaço dos sindicatos rurais se desenvolviam num patamar nacional, regional e local, como relata a autora Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral (2007):

O perfil do sindicalismo de trabalhadores rurais tem se modificado nas últimas três décadas. Nessa alteração, inclui-se o aumento de mulheres sindicalizadas e na composição de cargos de direção. Fruto das organizações das trabalhadoras rurais dentro do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, pautadas na luta pela conquista de direitos iguais de gênero, levantaram-se reivindicações como o reconhecimento enquanto trabalhadoras, o que representou a possibilidade de sua sindicalização. Com o acesso à documentação pessoal, saúde, salário maternidade e documentação como assentada, as mulheres conseguiram estabelecer mecanismos para aumentar sua participação nas instâncias diretivas das organizações sindicais, em congressos e processos eleitorais. (Amaral, 2007, p. 20/21)

E dessa forma, paulatinamente, as mulheres foram conquistando espaço nos sindicatos, e a possibilidade da sindicalização feminina foi sendo debatida e, gradativamente foi aceita.

Entendendo que semelhante ao grupo de mulheres lagoasequenses que reivindicavam a participação e associação feminina nos sindicatos rurais, em outras partes do país essas inquietações também eram discutidas nesse período. Os sindicatos começavam a “abrir” suas portas para a participação feminina.

Depois da “aceitação” do sindicato para a livre associação de mulheres agricultoras, estas deveriam comparecer a sede do sindicato para efetivar sua sindicalização e preencher os formulários, legalizando dessa forma sua profissão de trabalhadoras do campo.

A Comissão de Mulheres que vai analisar o perfil das mulheres do campo, começou a planejar a melhor forma de atrair essas mulheres para a sede do sindicato. Entendendo que para essa divulgação o apoio dos membros do sindicato foi mínimo, e apenas o pequeno grupo participou efetivamente dessa divulgação da sindicalização feminina.

Em meio a muitas limitações, tais como o não consentimento dos maridos em deixar suas filhas e esposas virem para a sede do Sindicato Rural na zona urbana conhecer as propostas do grupo de mulheres. Esse pequeno grupo resolveu ir até as casas dessas mulheres para fazer a divulgação de seus trabalhos, como diz a Senhora Francisca Pereira dos Santos, mais conhecida como Marlene, uma das fundadoras da Comissão de Mulheres de Lagoa Seca:

A grande dificuldade que nos encontramos foi pra trazer as mulheres do sítios para a sede do sindicato na cidade porque os maridos não deixavam elas virem, então nos pegávamos um grupo de mulheres daqui umas 3 ou 4 e partimos para os sítios atrás dessas mulheres, e conversamos com as mulheres sobre a importância da sindicalização e outros assuntos como as doenças, alimentação saudável, valorização da mulher rural. (SANTOS, 2012)

E com essas visitas, as organizadoras da Comissão de Mulheres começaram a observar as necessidades dessas mulheres. Percebendo que não adiantava apenas sindicalizar-las, era necessário um trabalho mais amplo com suas famílias a fim de conscientizar a comunidade para a importância do trabalho feminino no meio rural:

Depois de começar a ir a essas comunidades percebemos carência das famílias em tratar de doenças, então o carro chefe da Comissão das mulheres foi o trabalho com plantas medicinais foi através desse resgate que conseguimos atrair as mulheres, foi uma luta muito difícil mais de seis anos começou em 1985 ate 1992, antes de 1992 eu e mais algumas mulheres nos sentamos para planejar e analisar a forma pela qual iríamos nos aproximar e persuadir essas mulheres. (idem. ibidem)

De acordo com a Coordenadora da Comissão de Mulheres, dentre das mais variadas doenças diagnosticadas as mais comuns eram foram as diarreias provocadas pela “verme”, cujo tratamento era a base da planta do mentruz batido com o leite. Havia um alto índice de mortalidade infantil, provocado principalmente pela desnutrição dos filhos dessas mulheres agricultoras. Portanto, as hortas medicinais e a multimistura²¹ foram estrategicamente utilizadas pela Comissão de Mulheres para persuadir as agriculturas, a fazerem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca.

Paulatinamente o emprego da profissão de agricultora foi sendo inserido no cotidiano das mulheres rurais lagoasequenses, modificando as percepções do que designaria o trabalho das mesmas. Mesmo com a sindicalização continuou a contemplação tradicional das tarefas femininas no seio doméstico, porém a sindicalização feminina também mostra a atuação da mulher no roçado, revelando dessa forma o que antes era negligenciado, à classificação das práticas atuantes da mulher no universo rural.

Na reestruturação e na implementação da situação profissional dessas mulheres que tinham as palmas das mãos marcadas pelos calos da vassoura e também pelas marcas da enxada no roçado, foram elementos que direta e indiretamente promoveu a valorização e visualização da importância de se ter uma profissão que lhes permitia possível segurança e autonomia nas suas trajetórias de vida.

3.3 Analisando a trajetória de vida das mulheres lagoasequenses após a sindicalização

A sindicalização feminina conquistada a partir da década de 80 e 90 influenciou a vida cotidiana das mulheres lagoasequenses, que passaram a ser valorizadas, respeitadas e visualizadas de acordo com a sua dupla jornada e responsabilidade do trabalho no espaço do campo (lavoura) e doméstico (casa).

Diante da sindicalização feminina no município de Lagoa Seca que possibilitou uma visão mais ampla de sua atuação na economia e sociabilidade na família, não mais necessitando da sombra masculina no trabalho do campo, agora estas mulheres

²¹ O Multimistura é uma espécie de farinha natural a base de farelo de trigo, fubá de milho, gergelim, jerimum, girassol, melão, macaxeira, arroz da terra e aveia, indicado para o combate da anemia, perda de sono, esgotamento físico e mental, falta de apetite e previne contra trombose.

passavam a ter uma garantia reconhecida institucionalmente: a denominadas de *agricultoras* e não mais resumidas à domésticas ou donas-do-lar.

Sindicalizar torna-se um sinônimo de comprovar perante a lei o trabalho feminino, o que para as mulheres trabalhadoras do campo já era verídico e praticável.

Dessa forma a sindicalização é uma ferramenta útil na vida das mulheres e da construção de suas histórias, apesar de todas as dificuldades impostas, “o sindicalismo foi, para muitas mulheres, um espaço de solidariedade, de sociabilidade, de abertura para o mundo e de tomada de responsabilidades” (Perrot, 2008, p.150).

Diante dessas observações podemos compreender as dificuldades encontradas por essas mulheres para serem visualizadas como agricultoras ativas na comunidade e na família. No entanto, percebe-se que essa construção promoveu modificações no interior dessas próprias mulheres não foi apenas um papel que lhes garantia outra identificação, mas esta possibilidade influenciou beneficentemente suas vidas.

O processo de sindicalização feminina no município de Lagoa Seca se estabeleceu associado e articulado pela Comissão de Mulheres, que desenvolveu seus trabalhos com as mulheres agricultoras com o aproveitamento do terreno próximo as casas dessas mulheres que até então não eram utilizados na agricultura, os chamados “os arredores de casa”.

Segundo a coordenadora da Comissão de Mulheres lagoasequenses, foi através das atividades do programa “os arredores de casa”, que as mulheres conquistaram melhores condições econômicas:

Com a participação do programa “os arredores de casa” e as reuniões mensais da Comissão de Mulheres, as agricultoras poderão aprender como aproveitar as terras próximas a suas casas, como por exemplo a criação de galinhas em tela, antes as mulheres criavam suas galinhas livres na sua propriedade, no entanto, quando era época de colheita dos produtos agrícolas elas tinham que vender todas as sua criação para que os animais não comecem as vegetações nos roçados. Com a criação de galinhas em telas as mulheres agricultoras não precisavam vender toda a sua criação, mas pelo contrario essas criações foram aumentando e gerando mais renda para a família com a venda de ovos de capoeira e das próprias galinhas. (SANTOS, 2012)

As atividades desenvolvidas pelo grupo de mulheres agricultoras são atualizadas e aperfeiçoadas através de intercâmbios com outras Comissões de Mulheres, e de palestras sobre a valorização da mulher na agricultura,

As principais atividades desenvolvidas atualmente pela comissão das mulheres são as plantas medicinais, fundos rotativos de telas, fogão agro ecológico, criação de animais de pequenos portes, cisternas de calçadão, oficinas de artesanatos, mulheres líderes nas feiras agroecológicas que acontecem semanalmente aqui em Lagoa Seca e em Campina Grande.

Um ponto muito positivo da comissão das mulheres é a do intercâmbio (troca de visitas de mulheres em outra região do município), antes as mulheres eram impedidas pelos maridos de participarem desses eventos.

Quando hoje, nos discutimos, mostramos, desenvolvemos trabalhos sobre a comissão das mulheres esse grupo não se limita as pessoas desse sexo, mas se articula na família esse é o nosso intuito unir os membros das famílias para que aconteça uma relação de respeito e cooperação entre os sexos. (ibidem, idem)

Na possibilidade de reestruturação de seus cotidianos nas lavouras e sendo reconhecidas como tal, a possibilidade de sindicalização sem a necessidade da presença masculina para ser reconhecida como agricultora, despertou apreensão nessas mulheres como fala a Senhora agricultora Luisa José da Silva Oliveira (53 anos) residente do Sítio Lagoa do Barro em Lagoa Seca, que vivenciou esse processo de sindicalização feminina no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca:

(...) Quando fui chamada no Sindicato para colocar meu nome pra ter minha carteirinha de sindicato, fiquei com medo, se é com o nome do meu marido que eu me aposento, como vou assina o meu? Mas depois que o povo do sindicato me explicou entendi que, como eu e meu marido somos pessoas diferentes, cada um necessita ser representado como pessoa ativa no campo (...). (OLIVEIRA, 2012)

Com essas propostas e atividades desenvolvidas pela Comissão de Mulheres e através da sindicalização feminina, a vida das mulheres lagoasequenses trabalhadoras do campo foi se modificando gradativamente, ganhando paulatinamente autonomia econômica vivenciando o reconhecimento legal e real de agricultoras.

Nesse sentido a geógrafa Jucyeli Pereira (2011) aborda em seu trabalho intitulado “Atividades Agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres do Sítio Floriano em Lagoa Seca – PB.”, a temática acerca das mulheres lagoasequenses e de suas atividades agroecológicas de sustentabilidade com “os arredores de casa”, em seu texto elenca como as mulheres se sentem valorizadas ao desenvolver e participar dessas atividades:

As mulheres relataram que, ao sistematizarem suas experiências, se sentiram mais valorizadas, esta prática propiciou visibilidade ao seu trabalho, como também a participação nos espaços públicos, em Associações, Sindicatos e Movimentos. A elevação auto-estima é uma

das principais conquistas destacadas pelas mulheres, pois as mesmas além de desempenhar os afazeres de casa, ganham confiança para sair do espaço doméstico e ocupar espaços antes destinados apenas aos homens, elas acabaram por conquistar a inclusão no planejamento produtivo da propriedade, trabalhando com os “arredores de casa”. (CASTRO, 2011, p.38)

Nesse cenário lagoasequense, as novas percepções acerca do reconhecimento oficial do trabalho feminino no campo, que foi sendo paulatinamente reconstruída no cotidiano de mulheres como a Senhora agricultora Maria de Lourdes de Sousa Cardoso (66 anos), que revela em suas palavras:

Quando me sindicalizei não imaginava como esse fato iria mudar minha auto-estima pessoal de mulher dentro da minha casa, bem é verdade que eu já sabia que com a carteirinha de sindicalização me garantia muitos direitos de trabalhadora do campo, no entanto foi com o passar dos meses que comecei a me perceber diferente, pois anterior a minha sindicalização eu e meu esposo (Manuel José Cardoso) não conversávamos sobre a distribuição do orçamento e agora nos discutimos como nosso dinheiro é gasto (...) e ate como mulher comecei a me cuidar melhor já que sou trabalhadora oficial do campo não preciso fica com os dedos e as mãos cheias de terra a semana toda (...). (CARDOSO, 2011)

Nas palavras da senhora acima citada, percebe-se como, mesmo que lentamente e sutilmente, o cotidiano dessas mulheres foi afetado pela valorização de sua atuação tanto no espaço doméstico como no roçado/lavoura.

Possibilitando a essas mulheres como no caso analisado, uma voz e posição diante das circunstâncias do dia-a-dia o que anteriormente era apenas designado como função masculina. Os novos lugares assumidos pela mulher trabalhadora podem ser percebidos a partir das discussões do orçamento doméstico, da compra de utensílios domésticos; nas decisões sobre a venda dos animais de pequeno e grande porte entre outras decisões familiares e comunitárias.

Promovendo, dessa forma uma modificação, que não ocorreu apenas a partir de uma moneclatura de donas do lar ou domésticas para agricultoras, mas essa alteração foi paulatinamente influenciando e fortalecendo os lugares ocupados por essas mulheres nas suas famílias. As próprias mulheres começaram a perceber e evidenciar suas preocupações, em garantir seus direitos e as vantagens adquiridos por serem trabalhadoras do campo.

Também estiveram atentas ao utilizar essas representações no seu cotidiano revelando sua importância e contribuições na lavoura e na comunidade como podemos observar no fragmento da história de vida da Senhora Maria de Lourdes de S. Cardoso

(65 anos) que se sindicalizou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca adquirindo a carteira em que consta a profissão de agricultora, ela fala:

Só quando eu preenchi minha ficha no sindicato e a carteirinha com meu nome, sem o do meu marido que comecei a pensar como realmente eu era vista apenas como esposa do agricultor, mas se eu também trabalhava no roçado minha profissão era de mulher do campo (...) me deu até um orgulho quando vi o meu número de associada na ficha eu decorrei na hora os quatro números 7.401, pois antes só tinha o número do meu marido, e depois eu faço parte do sindicato rural e sou agricultora. (CARDOSO, 2011)

As palavras de outra agricultora também mostram essa perspectiva acerca da mudança que ocorreu, não apenas porque foi alterada oficialmente, mas causando repercussões na comunidade e na família dessas mulheres inserindo-se até no preenchimento de fichas escolas como narra em sua experiência a senhora Edite Laurindo Cavalcante (58 anos) quando foi matricular sua filha mais nova em uma escola do município de Lagoa Seca no ano de 1990:

Minha primeira surpresa depois de ter sindicalizado foi no início do ano quando matriculei minha caçula na escola, todo ano eu renovo as matrículas e dessa vez eu levei o registro da menina e minha carteirinha de agricultora, quando chegou minha vez a diretora com a ficha eu entreguei a carteirinha do sindicato e ela falou pra mim: Dona Edite tá toda importante mudando de profissão!. E verdade quando fui me sindicalizar na palestra no sindicato disseram que a gente tinha que prestar atenção, pois deve coloca agricultora não dona-de-casa ou doméstica por que a gente faz as duas coisas, mas o melhor é agricultora pra aposentadoria que garante nossa profissão como a dos homens (...). (Cavalcante, 2012)

Nas palavras das Senhoras citadas acima percebemos a atenção que elas adquiriram com sua sindicalização e seu papel na agricultura. A modificação da nomenclatura da profissão promove a valorização feminina no seu trabalho que lhe garante um novo ângulo de identificação, independente da sombra do homem, afirmando essas perspectivas nas falas das Senhoras, a autora Rosineide de L. Meira Cordeiro discute:

Na atualidade, diante da necessidade de ter documentos em que conste a profissão de agricultora, as mulheres passaram a desenvolver uma série de estratégias (...). Uma outra se refere ao preenchimento de fichas e cadastros em escolas, postos de saúde e hospitais. Elas passam a exercer uma maior vigilância e controle no preenchimento de fichas, cadastros e formulários. (CORDEIRO, 2007, p.457)

Diante dessas apreensões entende-se provavelmente que a atenção das mulheres obtém mais ênfase na reflexão da representação trabalhista, que anteriormente restringia a mulher a mera mão-de-obra auxiliar e inferior, vista apenas como doméstica, mesmo que desenvolvesse funções na casa e na lavoura, eram negligenciadas como ativas e autônomas trabalhadoras rurais.

Seguindo nessa análise de trajetórias de vida das mulheres do município de Lagoa Seca no tocante de vigilância delas ao preencher formulários em que constem a sua profissão, estas ficam atentas a essas anotações sobretudo porque é um documento que “prova” a sua atuação no campo.

Afirmando essas perspectivas de mudanças no cotidiano dessas mulheres a senhora também agricultora Edite Cavalcante (59) do município citado fala sobre sua experiência acerca dessas vigilâncias sobre sua profissionalização:

Ao preencher qualquer papel que tem o nome da minha profissão eu fico muito atenta para que o preenchimento seja feita como agricultora, pois desta forma eu garanto meus direitos e benefícios de ser trata como trabalhadora do campo e ter poder de agir como agricultora na minha família e comunidade (...). (Cavalcante, 2012)

Nas palavras da Senhora Edite Cavalcante percebemos como a atenção delas está mais aguçada referente a sua profissionalização de “trabalhadora do campo” que lhes garante direitos para fins de aposentadoria.

Nesse sentido, as mulheres agricultoras se tornaram mais atentas a sua identificação profissional, o que lhes garante certa segurança e valorização na sociedade, práticas estas de vigilância em momentos de preenchimento de documentos que constasse sua profissão, como no caso de formulários de matrículas escolares, atendimento médico, recebimento de algum benefício etc., pois estes documentos eram uma forma “concreta” delas terem o reconhecimento perante a sociedade da função que também exerciam.

Essa atenção na denominação de sua profissão também foi percebida pela Comissão das Mulheres do município de Lagoa Seca como descreve a coordenadora,

Esse trabalho com as mulheres tem alcançado muitos avanços, principalmente na própria valorização delas com sigo mesmo, elas estão mais independentes, valorizam seu trabalho, antes quando as mulheres iam fazer as entrevistas no INSS para se aposentarem, quando lhes perguntavam o que elas faziam no campo, elas próprias diziam que ajudavam o marido, ou quando fazia a matricula dos

filhos, ou mesmo uma consulta médica, as próprias mulheres se diziam domésticas ou donas do lar

A mulher ela não apenas ajuda o marido, ela trabalha efetivamente em sua casa e no roçado diariamente, portanto elas estão contribuindo para a renda da família, diante disso percebemos que agora quando as mulheres vão da suas entrevistas no INSS para a previdência social, eles respondem que trabalham no campo e que são agricultoras, observamos que elas começam a compreender e visualizar sua importância na família, na comunidade e para si mesma. (SANTOS, 2012)

Com essa possibilidade de visualização do trabalho que ativamente praticavam na lavoura, antes negligenciado, nas palavras dessas senhoras relatadas e do depoimento da Coordenadora da Comissão de Mulheres de Lagoa Seca, evidencia-se a atuação destas como protagonistas de seus cotidianos. Aumentou seus espaços de autonomia dentro e aos arredores de suas casas, participando, tomando decisões no seio de suas famílias e de suas comunidades.

A recontextualização da mulher trabalhadora rural lhes garante novas proporções de valorização e dependência dentro do universo familiar e social. Antes dessa autonomia feminina, as mulheres trabalhadoras do campo eram frequentemente agredidas verbalmente e fisicamente, raramente alguma mulher denunciava as agressões:

Antes desse conhecimento de si e de sua importância, muitas mulheres apanhavam de seus maridos caladas, porque não tinham condições de viver sozinhas, faltava tanto à independência financeira quanto a emotiva. Não quero dizer que a comissão das mulheres acabou com a inferiorização das mulheres agricultoras de Lagoa Seca, mas a participação e divulgação dessas mulheres nessa comissão auxiliaram e promoveram melhorias significativas na vida pessoal e comunitária de muitas mulheres, elas aprenderam e aprofundaram com as informações adquiridas as possibilidades de serem autônomas. (SANTOS, 2012)

Diante dessas reflexões acerca das análises sobre a recontextualização da mulher em seu trabalho exercido na lavoura, observamos como foi benéfico para elas a valorização e dignificação de seu trabalho que repercutiu no seu próprio interior chegando até o entusiasmo de serem respeitadas pela família e comunidade.

Com isso, as mulheres trabalhadoras conquistaram mais que a garantia de legalização da profissão de agricultoras, elas expandiram seus conhecimentos, suas atitudes, seus desejos em seus cotidianos.

A inserção feminina no espaço sindicalista de Lagoa seca possibilitou a modificação de normas e práticas dessa instituição, para uma produção voltada à família o bem estar da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa breve discussão e análise acerca das relações de gênero na construção e da reconstrução da designação do trabalho feminino e masculino no âmbito rural, verifica-se que essa representação foi elaborada num cenário que retratava a supremacia masculina diante da atuação feminina, ou seja, lugar legítimo do homem como o trabalhador e da mulher apenas como sua “auxiliar”.

Compreendendo desta forma que o homem era o responsável pelo sustento da casa e de todas as etapas da produção agrícola no qual a atividade feminina era dita como mão-de-obra auxiliar negligenciando sua função de trabalhadora do campo, sendo a evidenciada apenas como doméstica ou donas-do-lar.

A década de 1980 veio possibilitar uma reconstrução dessa visibilidade equivocada da atuação feminina no meio rural através da sindicalização que lhes garantia oficialmente o direitos e benefícios de serem tratadas como trabalhadoras do campo, contemplando desta forma a dupla jornada de trabalho tanto em casa como no campo/lavoura de acordo com suas formas de atuação socialmente representadas.

Verificando que a mulher ao exercer a profissão de agricultora não anula sua atuação de domésticas e suas responsabilidades no seio da casa, ela se torna visível sobre um ângulo até então negligenciado e logo seu cotidiano não foi construído, mas revelado, pois, anteriormente à sindicalização feminina, as mulheres já capinavam, semeavam e plantavam. O diálogo entre a pesquisa e a historiografia apontou para a observação de que o Sindicato não foi o único responsável pela “conscientização”.

As mulheres trabalhadoras do campo do município de Lagoa Seca utilizaram da garantia dos direitos de agricultora para modificar seus cotidianos num processo lento e gradual, entendendo que um documento isolado por si só não lhes garantem respeito e visibilidade social e familiar, estas revisitarão suas práticas com mais atenção, usando táticas que lhes promovessem uma representação ativa da dupla jornada de trabalho e para isto desenvolveram diversos pontos de atuação que racharam a identidade feminina da mulher rural restrita a tarefas domésticas.

Nesse sentido, a sindicalização foi um mecanismo que possibilitou e promoveu as mulheres do município de Lagoa Seca identidades fluidas que circulam entre o espaço doméstico e o do campo/lavoura, interagindo na sua auto-estima e valorização pessoal no trabalho exercido, mas não pode ser visto como único mecanismo de resistência das mulheres trabalhadoras do campo.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS:

CAVALCANTE, Edite Laurindo. **Entrevista concedida a Rejanira Alves Gertrudes.** Lagoa Seca 06 de fevereiro de 2012.

CARDOSO, Maria de Lourdes. **Entrevista concedida a Rejanira Alves Gertrudes.** Lagoa Seca, 27 de janeiro de 2011.

OLIVEIRA, Luisa José da Silva. **Entrevista concedida a Rejanira Alves Gertrudes.** Lagoa Seca, 27 de janeiro de 2012.

SANTOS, Francisca Pereira dos. **Entrevista concedida a Rejanira Alves Gertrudes.** Lagoa Seca, 01 de março de 2012.

SANTOS, Nelson Ferreira dos. **Entrevista concedida a Rejanira Alves Gertrudes.** Lagoa Seca, 19 de março de 2012.

FONTES IMPRESSAS:

ESTATUTO do Regimento Interno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca - STRL;

CARTILHA. Agricultura familiar em Lagoa Seca. 2.ed. Paraíba, s.d.,12 p.

INFORMATIVO da agricultura familiar: A experiência de Marlene na organização do arredor da casa. Paraíba, fevereiro de 2006 / nº 144.

SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca – STRL. Ata da reunião realizada no dia 29 de julho de 1979.

SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca – STRL. Comissão das mulheres. Ata da reunião realizada no dia 02 de março de 1999.

SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca – STRL. Comissão das mulheres. Ata da reunião realizada no dia 22 de janeiro de 2000.

ARQUIVO interno da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tertuliano José e da Silva. Sítio Lagoa do Barro - Lagoa seca. . Período de 1979 até 2006.

ARQUIVO interno da Escola Municipal de Ensino Fundamental Municipal Manuel Pereira. Sítio Lagoa do Gravata - Lagoa seca. Período de 1981 até 1993.

BIBLIOGRAFIA:

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: **Fontes Históricas** (orga.) Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVES, Eduardo. **Concepção e prática: uma breve história do movimento sindical**. 2005. Disponível em: <<http://sinergiabahia.com.br/?wpfb_dl=49>>. Acesso em: 03 de abril de 2012.

AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil**. Belém, PA: UFPA. Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

BANDEIRA, Lourdes Maria & OLIVEIRA, Eleonora M. de. **Trajetória da Produção Acadêmica sobre as Relações de Gênero nas Ciências Sociais**. In: GT 11 - A transversalidade do gênero nas ciências sociais. XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 1990.

BORGES, Altamiro. **Origem e papel dos sindicatos**. In: I Módulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006.

CASTRO, Jucyeli Pereira. **Atividades Agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres do Sítio Floriando em Lagoa Seca – PB**. Trabalho de Monografia apresentado a Universidade Estadual da Paraíba no ano de 2011.

CERTEAU, Michel. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. 13. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007;

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. **Vida de Agricultoras e Histórias de Documentos no sertão Central de Pernambuco**. In: *Revista Estudos Feministas*. v.15, n.2 Florianópolis: UFSC, 2007;

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010;

DUARTE & GARCIA (2009), DUARTE, Emmy Lyra & GARCIA, Maria Franco. **As mulheres Trabalhadoras Rurais: Uma Interlocução entre Gênero e Movimento Sindical na Paraíba**. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-17;

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE 2010**. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=25>> Acessado em: 01 de fevereiro de 2012.

DECCA, Edgar Salvadori De. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FLAT, James de Souza Martins. **A mulher na história**. Artigo publicado no Jornal Aleluia de fevereiro de 2008, p. 11.

FRASER, Nancy. Mapeando a Imaginação Feminista: da Redistribuição ao Reconhecimento e à Representação. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 15, n.2 Florianópolis: UFSC, 2007.

- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autentica 2006.
- GUERRA, Mirella de Almeida F. em seu texto *“As saias” conquistam o poder de votar*. Dissertação do mestrado apresentado a UFPB em 2008.
- HEREIDA, Beatriz, Marie France; GARCIA Jr., Afrancio. **“O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas”**. In: AGUIAR, Neuma (coord). Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis; Vozes, 1984;
- HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 4ed. São Paulo. LTr, 2005.
- PAULILO, Maria Ignez S. **O Peso do Trabalho Leve**. Departamento de Ciências Sociais- UFSC Revista Ciência Hoje- nº 28/1987.
- PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação<<www.icpg.com.br>>.2002
- PRIORE, Mary Del. **A Mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncios da história**; tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**; tradução Angela M. S. Corrêa. 1ªed., 1ª impressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo : UNESP, 1998.
- PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres: as vozes do silêncio**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo. Contexto, 1998.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.
- RAGO, Luzia Margareth. **SEXUALIDADE E IDENTIDADE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**. In: *Revista de aulas, Dossiê Identidades Nacionais* . N. 2 – outubro/novembro 2006. Organização: Glaydson José da Silva;
- SALES, Celina de Maria Veras. **Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. In: *Revista Estudos Feministas*. V. 15, n. 2 Florianópolis: UFSC, 2007.
- SANTOS, Elisângela Jerônimo dos. **Tarimba: Aspectos Históricos e culturais de Lagoa Seca (1929-1969)**. Bauru, São Paulo: Canal6, 2007.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. **Raptos consentidos: afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910)**. Dissertação do mestrado apresentado na UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2008. 145p.

SILVA, Tânia Maria Gomes. **TRAJETÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES NO BRASIL**. Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista v. 8 n. 1, 2008.

Sindicatos: Indicadores Sociais / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. V.1 (1987). Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**; Tradução Dabat, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. Recife: SOS. Corpo, 1996.

SCHVARZMAN, Sheila. Entrevista com Michelle Perrot. In: **Cadernos Pagu** (4). 1995: pp. 29-36.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005;

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRINCA, Tatiane Pacanaro. **O proletariado e seu permanente “fazer-se” enquanto classe: reflexões em torno da cultura material operária face às vicissitudes da luta capital-trabalho**. Disponível em <
<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/tatianepacanaro.pdf>>.
Acessado em 27 de abril de 2012.